

QUOSQUE TANDEM...? QUO JURE? A INVASÃO DO BRASIL

MICHAEL GANNON*
Professor e autor literário
JOSÉ MARIA DO AMARAL OLIVEIRA
Almirante-de-Esquadra (Ret^o)
(Tradutor e autor)

SUMÁRIO

Explicações

- A motivação
- Os comentários do SO-ET Engle (USN)
- O título do artigo

O artigo do *Proceedings* (Tradução)

- Um cenário hipotético
- A estruturação do *Rubber Plan*

Uma observação

O planejamento da força terrestre

- Os desembarques
- Os subsetores

A configuração e a visualização de uma ameaça

Uma opinião a título de conclusão

EXPLICAÇÕES

A motivação

Na edição da revista *Proceedings* de outubro de 1999 aparece um artigo do Professor Michael Gannon sob o título:

– Invadir o Brasil?!

Sua leitura provocou de pronto minha intenção de traduzi-lo e submeter para publicação em nossa *Revista Marítima Brasileira*.

Não apenas por ser um tema extremamente interessante, como também, porque durante

* NR.: O Dr. Gannon é Professor Emérito de História da Universidade da Flórida. É autor de dois livros muito elogiados sobre as operações dos submarinos alemães na Segunda Guerra Mundial: *Black May* (New York: Harper-Collins, 1998) e *Operation Drumbeat* (New York: Harper & Row Publisher, 1990). É também autor de uma novela sobre a Segunda Guerra Mundial, *Secret Missions* (New York: Harper-Collins, 1994).

algumas pesquisas que realizei nos Arquivos Nacionais em Washington no decorrer da década dos 80 havia encontrado documento semelhante, ou, talvez, conseqüente àquele mencionado pelo Professor Gannon.

Trata-se de um plano elaborado pelo Estado-Maior do Exército norte-americano na mesma época.

A leitura do artigo, assim como, uma análise do mapa citado como Anexo A despertaram algumas dúvidas.

No decorrer de minha carreira acredito ter adquirido conhecimentos bem detalhados sobre os eventos do Poder Naval brasileiro especialmente no período que vai de 1937 a 1941.

Ao elaborar uma versão sobre a história da Aviação Naval brasileira* considerava que aquele período teve significativa importância uma vez que foi na segunda metade dos anos 30 que as idéias de uma Força Aérea independente (e por via de conseqüência a extinção de nossa Aviação Naval) adquiriram ímpeto suficiente para produzir a decisão presidencial de 1941.

Ao examinar os relatórios do Ministro da Marinha ao Presidente da República correspondentes àquele período, ficou registrado em minha memória a condição deficiente de nossas bases navais e aeronavais devida à carência de recursos orçamentários.

Sabia, também, da extraordinária atuação do Almirante Ary Parreiras em Natal para a criação de um apoio indispensável às operações navais no Atlântico Sul no contexto de uma aliança brasileira-norte-americana.

E, em especial, o magnífico trabalho de meu "Chefe" Jannuzzi, como oficial de reparos. Seria, a meu ver, obrigatório ouvir suas impressões quanto às condições de Natal ao início da década dos 40.

Tenho pleno conhecimento da existência, naquele período, de uma linha de pensamento

político que parecia aceitar as idéias de uma "nova ordem" como proclamada por Hitler e Mussolini.

Entendia a existência de um "perturbador" no contexto das idéias estratégicas propostas pelo Almirante Castex, ainda em 1937.

Lembrava-me, também, que durante o período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial e nos primeiros anos daquele conflito sempre existiu no "pensar estratégico" norte-americano a possibilidade de uma invasão ou de um ataque partindo da então Alemanha Imperial.

Neste meio tempo, o Almirante Helio Leoncio Martins nos apresentou com toda a clareza, como sempre, o cenário político e naval do período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial em artigo publicado na *Revista do Clube Naval*.

Analisei também os comentários feitos ao artigo do Professor Gannon pelo Suboficial de eletrônica Frederick C. Engle, da Marinha norte-americana, que foi publicado na edição de dezembro de 1999 do *Proceedings*

Os comentários do SO-ET Engle (USNavy)

Em resumo, ele nos diz que ao regressar da Operação *Unitas-40* (fase do Atlântico) e tomar conhecimento daquele artigo, "bem poderia imaginar a reação consternada de nossos colegas brasileiros" quanto ao assunto.

Além de comentar a "curiosidade" do codinome do Plano (*Rubber Plan*), Engle apresentou uma correta descrição da segunda fase da história da borracha na região amazônica. Para ele, em 1942, o Presidente Vargas, que anteriormente havia sido um *simpatizante fascista* (o grifo é meu), havia mobilizado milhares de nordestinos para a "batalha da borracha", visando contribuir para o esforço de guerra dos Aliados.

* NR.: Ver *Aviação Naval Brasileira - Sonhos e Realidades* na RMB 3^o trim./1996 - p. 11 a 50.

Na sua opinião, “a idéia de invadir o Brasil em 1942 parece uma fantasia se levamos em conta a contribuição brasileira, quer quanto a elementos humanos quer quanto a recursos naturais em benefício dos Aliados”.

Propõe inclusive Engle que, como uma nota de pé de página, deveriam ser levados em conta os mais recentes temores de uma invasão, por parte de alguns brasileiros.

Segundo ele, “a partir da Conferência do Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992, o Brasil passou a merecer uma intensa atenção da mídia, assim como uma pressão internacional para salvar a floresta tropical. Na Amazônia brasileira, ainda uma região de fronteira, alguns políticos federais e locais afirmaram que existia uma conspiração internacional de ambientalistas para anexar a região. Tais políticos declaravam que os Estados Unidos iria liderar a invasão da Amazônia sob os auspícios das Nações Unidas”.

O objetivo de “internacionalização” da Amazônia seria a preservação quer de um *bem comum da humanidade* no tocante à biodiversidade como também a proteção da gigantesca bacia de dióxido de carbono que modera o aquecimento global.

Diz Engle que ouviu falar pela primeira vez dessa “conspiração” quando realizava “trabalhos de campo” na *Amazônia Ocidental*. (O grifo é meu).

E continua: “fiquei surpreso quando mais tarde ouvi as mesmas preocupações de brasileiros de classe média em São Paulo”.

“Esses brasileiros mencionam atividades militares nas nações adjacentes que compartilham a bacia amazônica”.

“A concepção latino-americana bastante difundida de que os Estados Unidos representa um invasor em potencial é reforçada pelo artigo do professor Gannon”, diz Engle.

“Aqueles dias negros de 1942”, conclui, “representavam no entanto épocas de desespero e todas as opções para defender a demo-

cracia tinham de ser consideradas até mesmo invadindo um de nossos mais constantes aliados no Hemisfério”.

“Eu espero que os brasileiros moderados irão entender o *Rubber Plan* no contexto de 1942”.

É um comentário conciso e lógico feito por um especialista em eletrônica que de maneira *interessante* participou da *Unitas-40*: realizou “trabalhos de campo” na Amazônia Ocidental; identifica as conseqüências da Conferência do Meio Ambiente de 1992 e que também teve a oportunidade de ouvir comentários sobre a problemática da Amazônia por representantes da classe média de São Paulo.

Tudo isso levou-me à conclusão de que, calcado no artigo do *Proceedings*, deveria aduzir algumas idéias e sugestões quanto às motivações que geraram aquela possível intenção de uma presença alienígena forçada em nosso território.

Estes foram os motivos que provocaram um atraso no preparo desta pequena contribuição e de sua apresentação aos responsáveis por nossa *Revista Marítima Brasileira* para uma possível publicação.

O título do artigo

Finalmente, qual a razão do título que sugiro?

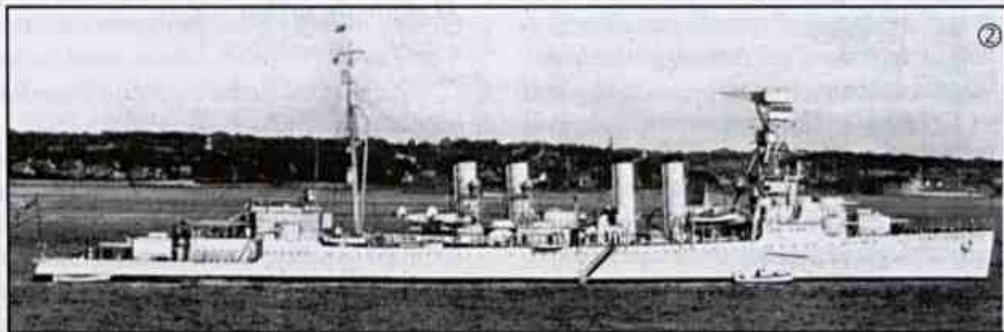
Na minha opinião, a grande maioria da sociedade brasileira, com poucas e honrosas exceções, acompanha ingenuamente os acontecimentos políticos e militares na ambiência mundial, assemelhando-se ao público que de quando em vez se junta frente a um teatro de marionetes, no qual os “atores” desempenham “papéis” em uma estória que aparentemente é conhecida.

O “manobrista”, com ou sem coadjuvantes ventríloquos, cria um cenário com a aparência de realidade, mas que tem em si muito de intencionalidade.



A ESQUADRA

- ① - Encouraçado *Texas* (em foto de 1943/44) (CAB)
- ② - Cruzador classe *Omah* (em foto o *Detroit*) (Proceedings)
- ③ - Destroier classe 4 canhões (em foto o *Ward*) (Proceedings)



INVASORA

- ④ - Avião de caça Grumman F4F Wildcat (CAB - Em Guarda)
- ⑤ - Convés do CV. Ranger com F4F Wildcats (CAB - Life)
- ⑥ - O NAE Ranger em foto antes da 2ª GM (CAB)
- ⑦ - Lanchas de desembarque Higgins (CAB - Life)



E o público aceita o enredo como verdadeiro e fica encantado com o espetáculo e seu desfecho.

Fala-se, por exemplo, que a Nação brasileira não tem condições de exercer uma presença significativa no cenário mundial porquanto suas “carências sociais” – a serem obrigatória e logicamente eliminadas – tornam inexequível a existência de uma “dimensão militar”, o qual é fator considerado indispensável para aquela condição.

Acredito que através uma análise histórica poderemos constatar que tais “carências sociais” persistem ou parecem existir entre nós desde o Descobrimento!

E que as formulações políticas apenas se utilizam dessas “carências” para robustecer uma ação de presença costumeira no cenário nacional.

Algo semelhante à seca do Nordeste que tanto preocupava nosso último Imperador, sem que a mesma fosse resolvida até o presente momento de forma técnica e competente.

Quantas vezes já não ouvimos questionamentos como estes, quanto à existência e necessidade de uma Expressão Militar do Poder Nacional?:

– Para que despender recursos com as Forças Armadas quando *não existem* ameaças externas?

– Para que a Marinha necessita de submarinos com propulsão nuclear ou navios-aeródromos?

– Porque não transformar as Forças Armadas em agente policial para o combate ao narcotráfico em benefício dos “consumidores” externos?

Daí, minha sugestão quanto ao título:

– *Quosque Tandem, Catalina, Patientia Nostra?*

– *Quo Jure?*

Até quando iremos acreditar que nossas fronteiras terrestres, marítimas e até certo ponto, aéreas, legalmente estabelecidas e reconhecidas no contexto internacional, irão representar garantia suficiente contra possíveis interesses vitais de outras nações?

Até quando iremos inocentemente acreditar que atos de força para a consecução de objetivos alienígenas e contrários aos nossos próprios interesses e soberania não representam na realidade, conforme propõe Cícero, **um momento em que as leis ficam silenciosas?**

Considerando o mundo real com todos os seus ensinamentos históricos, como iremos, logicamente, planejar e proceder para a defesa de aquilo que hoje representa nosso patrimônio e que devemos obrigatoriamente transferir aos que nos sucederem?

O que impedirá que venha a surgir um consenso orientado e/ou orquestrado na ambiência internacional no sentido de que existe a necessidade vital de “proteger” a Amazônia (um bem comum da humanidade?!) contra as ações predadoras do povo brasileiro?

O ARTIGO DO PROCEEDINGS

(Tradução)

Um cenário hipotético

Em 22 de fevereiro de 1942, dois meses e meio após o ataque japonês a Pearl Harbour, os Estados Unidos invadiram e ocuparam o Nordeste do Brasil. Após uma singradura de

O que impedirá que venha a surgir um consenso na ambiência internacional no sentido de que existe a necessidade vital de “proteger” a Amazônia contra as ações predadoras do povo brasileiro?



Base Naval de Natal – Pier e oficinas

12 dias, partindo de Hampton Roads, Virginia, os navios norte-americanos de apoio de fogo – neles incluídos o Encouraçado USS Texas (BB-35); o Grupo Onze da Aviação dos Fuzileiros Navais embarcados no Navio-Aeródromo Ranger (CV-4); e um comboio integrado por navios-transporte de tropas e de carga que transportava a Força de Desembarque composta de batalhões da 1ª Divisão de Fuzileiros Navais e da 9ª Divisão do Exército – chegaram antes do amanhecer, às proximidades de Natal, capital que está situada no ponto mais leste do saliente do nordeste brasileiro.

Enquanto os transportes pairavam a cerca de 18.000 jardas do litoral, a Força Anfíbia da Esquadra do Atlântico iniciou as manobras para lançar ao mar as grandes embarcações de desembarque de pessoal. Elas eram as Higgins-Eureka, de 36 pés, feitas de compensado, e classificadas como LCP (L)s.

Em seguida, a primeira vaga de assalto, composta de unidades do 1º e 3º Batalhões do 5º Regimento dos Fuzileiros Navais, começou a embarcar nessas embarcações usan-

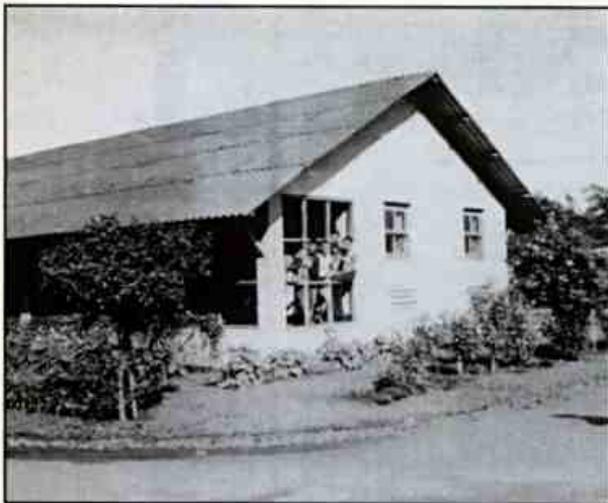
do as redes de desembarque montadas nos costados dos navios.

Quando a vaga inicial de LCPs completou o embarque e começou a orbitar próximo à linha de partida, em um mar equatorial de águas aquecidas, os navios de apoio de fogo deram início a um bombardeio cuidadosamente programado nas três praias estreitas que se localizam intercaladas ao longo de uma barreira de recifes no litoral sul de Natal: Praia do Meio, Praia de Areia Preta e Praia dos Banhos* (e que para os fuzileiros navais tinham os codinomes de “Praia Vermelha”, “Preta” e “Azul”).

Precisamente às 06:30 (fuso horário local) cessou o bombardeio e 16 aviões de caça F4H-1 Wildcat – dos fuzileiros navais chegaram em vôo rasante para atacar as baterias de costa provavelmente existentes e outras defesas de praia.

Naquele momento (e que corresponde à hora H), as embarcações Higgins que estavam a 4.000 jardas do litoral deram início a sua corrida direta para as praias. Os fuzileiros navais nelas embarcados representavam a vanguarda de primeira opera-

* NA: No momento atual nada consta sobre a existência de uma Praia dos Banhos. Hoje seria a Praia da Mãe Luiza, ou, a Praia do Pinto.



A BASE NAVAL DE RECIFE

Alojamento de oficiais e oficinas em 1946 (Fotos: CAB)

ção de desembarque anfíbio norte-americano na Segunda Guerra Mundial e que era denominada: "Plano Borracha (Rubber Plan) – Conquista e Ocupação do Nordeste do Brasil."^{1*}

A estruturação do Rubber Plan

Este cenário baseia-se em um planejamento real que foi elaborado com toda a urgência pelo Exército, Marinha e Fuzileiros Navais dos Estados Unidos entre dezembro de 1941 e final de fevereiro de 1942.

O planejamento global foi denominado de: – Plano Básico Conjunto para a ocupação do Nordeste do Brasil –, *J (joint) B (board)* série 737, de 21 de dezembro de 1941.

O assalto anfíbio Marinha-fuzileiros navais recebeu o codinome de *Rubber-Plan*.¹ Os estrategistas fuzileiros navais em Quântico

procuraram chegar aos mínimos detalhes operacionais a despeito da urgência incluindo, por exemplo, as prováveis perdas humanas norte-americanas (2.902 baixas).

O desembarque na área de Natal – e que incluía também a posse de Recife e Fortaleza – deveria ter prosseguimento com desembarques em outras três áreas estrategicamente importantes: Salvador (Bahia); Belém (Pará); e a Ilha de Fernando de Noronha situada a 225 milhas náuticas a nordeste de Natal.

Dispondo do aeroporto de Parnamirim, cuja necessidade era crítica e levando em conta sua posição geoestratégica, Natal foi considerada a área mais "decisiva" e daí sua prioridade na lista de operações anfíbias.

Caso, porém, o primeiro desembarque tivesse sido executado de acordo com o planejamento feito, as condições traiçoeiras das

* NA: Em minha tradução estarei sempre usando a expressão *Rubber Plan*. O mesmo irá ocorrer quanto aos demais Planos de Guerra norte-americanos.

¹National Archives and Records Administration (NARA), Archives II, College Park, Maryland, Record Group (RG) 38 Records of the Office of the Chief of Naval Operations, Plans & Orders & Relateds documents, CINCLANT, Oct 1941 to Dec. 1942, Box: 16: O *Rubber Plan* em duas partes tem 110 páginas. Este não era o Plano Contingente normal como aqueles existentes durante muito tempo para a ocupação das Ilhas de Cabo Verde e Açores. Um prévio Plano Contingente para o Brasil denominado *Pote de Ouro (pot of gold)* foi desenvolvido pelos planejadores do Exército e Marinha, mas foi abandonado por ser considerado inexecutável. Concomitantemente com o *Rubber Plan*, o General George Grunert, Comandante do VI Corpo do Exército, desenvolveu um plano denominado *LILAC* visando à concentração de forças terrestres norte-americanas na região de Natal, Recife e Belém.

praias em Natal combinadas com a reduzida eficiência dos oficiais que comandavam as embarcações de desembarque (conforme demonstrado anteriormente) poderiam ter como conseqüência um razoável insucesso.

Em primeiro lugar, porque o Brasil aparentemente – um “bom vizinho” – deveria ser alvo para uma ação militar norte-americana?

A resposta encontra-se em documentos arquivados na Biblioteca Presidencial Franklin Delano Roosevelt, em Hyde Park, New York e nos Arquivos Nacionais de Washington.

Desde o primeiro Plano de Guerra elaborado em conjunto pela Marinha e Exército dos Estados Unidos (o *Rainbow One*) em 1939 até o *Rainbow Five*, que se tornou efetivo em 1941-1942, os planejadores militares consideravam que um controle militar positivo do Nordeste do Brasil representava um componente vital no tocante à capacidade dos Estados Unidos para o enfrentamento de uma guerra global.

Os aeroportos e as facilidades portuárias de Natal e Recife distavam menos de 1.750 milhas náuticas de Freetown, Serra Leoa, na África Ocidental, possibilitando que os aviões de transporte da Força Aérea do Exército norte-americano, a partir desses aeroportos, cruzassem o “estreito” do Atlântico e entregassem itens de elevada prioridade, assim como elementos humanos e as próprias aeronaves para África do Norte, Oriente Médio, Índia, Burma, China e, com o caráter de urgência, para as forças do General MacArthur que estavam acossadas em sua luta nas Filipinas.

Acontece que, no momento da entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, o Nordeste brasileiro não estava sob um controle militar norte-americano efetivo.

Os oficiais comandando as tropas brasileiras posicionadas em torno dos aeroportos de Natal, Recife e Belém eram “considerados, por Washington, como sendo pró-Alemanha nazista”.

E o governo central no Rio de Janeiro resistia aos apelos de Washington no sentido de introduzir elementos de combate terrestre para impedir quer a sabotagem por elementos da “quinta coluna” (simpatizantes nazistas no Brasil) nos aeroportos ou a conquista militar dessas facilidades por forças alemães, deslocando-se a partir da costa ocidental da África (dos territórios sob o controle do governo de Vichy), o que significava menos da metade da distância entre Norfolk, Virgínia – até Natal – Recife.

Para os Estados Unidos ocorria em relação ao Brasil um duplo problema:

(1º) **O Brasil não era uma República “boa vizinha”** (o grifo é do tradutor). E sim, uma ditadura dominada pelo Presidente Dr. Getúlio Vargas. Tendo assumido o poder através de uma re-

volução, sete anos antes. Vargas, em 1937, criou um Estado-Novo fascista que não aceitava a existência de partidos ou do Poder Judiciário.

No período 1941-1942 ele detinha firmemente o poder; tinha a confiança do povo e o apoio do Exército Brasileiro;

(2º) **O Exército Brasileiro era decididamente pró-Eixo** – O planejadores políticos, juntamente com os militares em Washington, consideravam que o Exército Brasileiro, sem o qual Vargas não poderia governar, era decididamente pró-Eixo. Em maio de 1941 o diplomata norte-americano Myron C. Taylor declarou ao Presidente Franklin D. Roosevelt que “Vargas, sendo

Vargas, sendo um ditador, ainda que do tipo benévolo, inclinava-se para os ditadores da Europa

M. C. Taylor,
(diplomata norte-americano)



O BRASIL ANTES DE ENTRAR NA GUERRA

① – Roosevelt visita as instalações de Natal com Getúlio Vargas – Almirante Ingram presente (História do Brasil – Bloch)

② – Góes Monteiro e Getúlio Vargas durante a Revolução de 1930 (História do Brasil – Bloch)



③ – Dutra como Presidente da República

④ – Getúlio Vargas dando as boas-vindas aos delegados da Conferência do Rio de Janeiro em 20/1/1942 (Proceedings)

⑤ – Summer Welles e Oswaldo Aranha (Proceedings)

um ditador, ainda que do tipo benévolo, inclinava-se para os ditadores da Europa".²

À medida que os Exércitos de Adolf Hitler aproximavam-se de Moscou, em novembro daquele ano, elementos pró-nazismo, quer no Exército brasileiro como na população alemã, que somava no Brasil 1,5 milhão de habitantes – concentrada em grande parte nos estados do Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) –, tornavam-se mais veementes em seus pronunciamentos e ações.

Uma providência significativa do pensar brasileiro foi ato do Chefe de Estado-Maior do Exército Brasileiro, Pedro Aurélio de Góes Monteiro, ao considerar "*persona non grata*" o General Lehman W. Miller, então Chefe da Missão Militar dos Estados Unidos no Brasil.³

Em 17 de dezembro, William J. Donovan, Coordenador de Informações (o que em breve passaria a ser o Escritório de Serviços Estratégicos – OSS), que se reportava diretamente ao Presidente, informava a Roosevelt que, se Vargas adotasse uma política anti-Eixo, tal fato iria produzir provavelmente uma revolta do Exército".

No dia seguinte, Donovan comunicava por escrito ao Presidente: "O Comandante das tropas terrestres em Natal, o qual é sabido ser pró-nazismo, advertiu em discurso recente, que suas tropas deveriam permanecer alertas e "olhar nossa Bandeira. Nossas forças jamais permitirão que outra bandeira tremule acima da nossa".

Na mesma informação, ele declarava que o Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, Felinto Von Strubling Miller, assisten-

te de Dutra e o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Góes Monteiro – todos pró-nazismo – "estão sendo mantidos em seus cargos como uma garantia, levando em conta a hipótese da Alemanha ganhar a Guerra".

E, em 14 de janeiro de 1942, Donovan sintetizou para o Presidente Roosevelt os comentários do presidente de uma empresa de combustíveis brasileira, o qual considerava que, "embora a Marinha e a Aeronáutica fossem decididamente pró-aliados", ele

sabia "que os oficiais mais graduados do Exército estavam, por outro lado, contagiados pelo nazismo e, de acordo com sua estimativa, isto significava que cerca de 70 por cento desses oficiais eram pró-nazistas".⁴

Para a Comissão Conjunta Exército-Marinha, cujos membros em 1941 eram os Secretários de Guerra e de Marinha, juntamente com o Chefe do

Estado-Maior do Exército, George C. Marshall, e o Comandante de Operações Navais, Almirante Harold R. Stark, o problema principal em relação ao Brasil era o de posicionar tropas no Saliente do Nordeste visando a proteger o lado do Hemisfério Ocidental quanto à rota aérea do Atlântico Sul. No outono de 1941, a Comissão Conjunta tentou ocupar aquele terminal, recomendando que o Departamento de Estado pressionasse Vargas para este convidar (OU CONCORDAR COM) a presença das forças norte-americanas no local. O Departamento de Estado tomou essa providência perante o Ministro das Relações Exteriores do Brasil (e que era pró-Aliados), Osvaldo Aranha, mas teve como resposta que o Brasil não pressentia ameaças externas ao

Se Vargas adotasse uma política anti-Eixo, tal fato iria produzir provavelmente uma revolta do Exército

W. J. Donovan, Coordenador de Informações dos EUA

2 Franklin Delano Roosevelt Presidential Library, Hyde Park, New York, Summer Welles Papers, Box 77, Welles to FDR, 19 maio, 1941.

3 FDR, OSS Papers to FDR, 147, Donovan to FDR, 17, 18 dezembro, 1941.

4 *IBID*, Donovan to FDR, 14 janeiro 1942.

seu território e que aquilo que seu Exército necessitava dos Estados Unidos não eram tropas e sim armamentos.

A Comissão Conjunta tinha dúvida quanto a prover armamentos, tendo em vista que:

– os armamentos *per se* eram insuficientes para garantir a segurança do aeroporto em Natal contra um ataque localmente organizado pela “quinta coluna”, ou, contra um ataque externo de forças alemãs e a Comissão também entendia que, caso isso ocorresse, o Brasil não iria pedir em tempo o auxílio dos Estados Unidos; e

– se os Estados Unidos, ao final, tivessem que utilizar a força contra o Brasil, não seria desejável enfrentar seus próprios armamentos.⁵

O Subsecretário de Estado Summer Wells pedia paciência aos comandantes militares declarando, em 10 de dezembro, que “tendo em vista a delicadeza da situação (um possível levante do Exército contra Vargas caso ocorresse a presença de tropas norte-americanas em território brasileiro)” ele “julgava ser inadequado pressionar o assunto daquele momento”.⁶

Os comandantes militares, todavia e seus estados-maiores já não demonstravam mais ter paciência. Naquele mesmo dia, o General Leonard T. Gerow, chefe do Departamento de Planos Estratégicos do Exército, apoiou a

**Brasil não pressentia
ameaças externas ao seu
território e que aquilo
que seu Exército
necessitava dos Estados
Unidos não eram tropas e
sim armamentos**

Oswaldo Aranha, Ministro das
Relações Exteriores

posição de seu especialista em assuntos latino-americanos, Tenente Coronel Matthew B. Ridgway, ao dizer: “É imperativo que coloquemos forças terrestres sem perda de tempo na região Natal-Recife”.⁷

A preocupação militar quanto à vulnerabilidade do Nordeste do Brasil foi confirmada dez dias depois, quando o Presidente Roosevelt e o Primeiro-Ministro inglês Winston Churchill, em uma reunião na Casa Branca, declararam uma “concordância em geral” com a previsão que lhes foi apresentada pelo General Marshall e Almirante Stark: “O fracasso alemão em conseguir um sucesso total na Rússia poderia influenciá-los fortemente em invadir a Espanha, Portugal e as possessões francesas no Norte e Oeste da África visando restabelecer um equilíbrio”.⁸

A existência de uma base alemã em Dakar, no Oeste da África, ameaçava diretamente Natal e Recife.

Ainda que uma operação preventiva envolvendo a ocupação forçada de um território estrangeiro não fosse a preferência da Comissão Conjunta, em termos de um primeiro engajamento ofensivo, o envio de uma força expedicionária norte-americana ao Nordeste do Brasil tornou-se cada vez mais lógico e urgente.

5 NARA, Washington D.C. RG 165. Records of the War Department General and Special Staffs, War Plans Division, General Correspondence, 1920-1942 Box 195 (WPD) Forder 4224-204, Col Dennis E. Mc Cunniff to General Leonard T. Gerow, Assistant Chief of Staff, War Plans Divisions, 15 outubro 1941: “Eles (os brasileiros) não conseguem entender a importância estratégica do Nordeste do Brasil para a segurança dos Estados Unidos” disse Mc Cunniff “e não têm a menor idéia do fator tempo necessário para o envio de uma força-tarefa e de outras medidas preparatórias que são necessárias em um teatro antes das operações militares efetivas”.

6 *IBID* Folder 4224-204 LCCOL Mathew B. Ridgway, note for Record, 11 dezembro, 1941.

7 *IBID* Folder 4224-204 BG Gen. T. Gerow to Ridgway & Chief of Staffs Gen George C. Marshall, 10 e 11 dezembro 1941.

8 *IBID*, Folder 4402-16 Brief it Estimate, 20 dezembro 1941; Winston Churchill, *The Second World War*, vol 3, *The Grand Alliance* (Boston: Houghton Mifflin Co. 1950) P. 664.

No próximo dia 21 de dezembro, a Comissão Conjunta decidiu aprovar o Plano Básico Conjunto para a ocupação do Nordeste do Brasil (J.B. nº 325 série 737). Após considerar a possibilidade de sabotagem pelos elementos brasileiros pró-Eixo o Plano oferecia a seguinte justificativa adicional para uma ação imediata:

“Um ataque aerotransportado (do Eixo) partindo de Dakar (nove horas de voo a partir de Natal) e programado para agir em conjunto com as atividades de elementos *subversivos* lá situados não é difícil de imaginar. Um ataque adequadamente executado teria razoáveis possibilidades de obter uma vantagem inicial através a tomada de aeroportos vitais. Se e quando uma expedição pudesse ser organizada no litoral africano, sua chegada a Natal poderia ocorrer em apenas uma semana.⁹

Uma vez que os desembarques no litoral brasileiro iriam envolver inicialmente navios de guerra e transportes da Marinha norte-americana, assim como uma força de desembarque de Fuzileiros Navais especialmente adestrados para conquistar e manter cabeças-de-praia, o Comando Geral da Força Expedicionária Conjunta foi atribuído ao Almirante Royal E. Ingersoll, que era o Comandante-em-Chefe da Esquadra do Atlântico. O General-de-Divisão Fuzileiro Naval Holland M.

Smith comandaria a Força Anfíbia, que incluía a 1ª Divisão de Fuzileiros Navais da Força de Desembarque.

O General René E. DeR Hoyle comandaria a 9ª Divisão de Infantaria Reforçada, designada para substituir os fuzileiros navais e transformar-se na força de ocupação. A 45ª Divisão de Infantaria do Exército constituiria a tropa de reserva imediata.

Em 26 de dezembro, enquanto um conjunto de 12 navios de transporte era reunido para o embarque das tropas, o Almirante Stark alertava o Almirante Ingersoll de que “as forças de ocupação deveriam estar prontas para partir dos portos nos Estados Unidos dentro de dez dias a partir da data que o Presidente determinasse a execução do Plano”.¹⁰

O Manual do Corpo de Fuzileiros Navais, intitulado *Movimento Navio-Terra* (Revisão FTP-211 em vigor em 1941-1942), determinava o processo de execução de um assalto a partir do mar em seus mínimos detalhes.¹¹

O *Rubber Plan* apresentava também detalhadamente os objetivos, a hidrografia, as praias, a topografia, as cidades e municípios, os transportes e comunicações de cada região do Nordeste do Brasil, assim como o posicionamento das unidades militares brasileiras.

As forças de defesa que eram previstas enfrentar os fuzileiros navais em Natal foram relacionadas como sendo:

| UNIDADES | HOMENS |
|--|--------|
| 16ª Regimento de Infantaria | 1.305 |
| 29ª Batalhão de Infantaria Leve | 500 |
| 1ª Companhia de Infantaria de Guerra | 226 |
| 1ª Bateria de Artilharia Motorizada | 150 |
| 1ª Companhia de Engenharia | 250 |
| Polícia Militar - Infantaria | 1.042 |
| Polícia Militar - Cavalaria | 95 |
| Polícia Militar - diversas | 13 |
| Total Homens | 3.531 |

9 NARA, Washington D.C. WPD Folder 4224-204, Joint Basic Plan for Occupation of Northeast Brazil, Paragraph C.

10 *IBID*, Folder 4224-204, Chief of Naval Operations to Commander-in-Chief U.S. Atlantic Fleet, 26 dezembro, 1941.

11 “Ship to Shore Movement: General Instructions for Transport, Cargo Vessels and Landing Craft of Amphibious Forces. Cópia no U.S. Marine Corps Library, Washington Navy Yard, Washington, D.C.

Isto representava ser a força mais poderosa que poderia ser enfrentada em qualquer um dos quatro principais pontos de desembarque. Equipados de um modo geral com armamentos obsoletos e com metade de seu efetivo composto de recrutas mal treinados ela foi considerada como "provavelmente insuficiente" para defender as áreas vitais.

Não era suposto que tropas com melhor treinamento e mais bem equipadas pudessem ser deslocadas por mar vindo das "províncias" do Sul do Brasil com um prazo não inferior de 8 a 12 dias.

Tempo e distâncias, portanto, favoreciam as forças norte-americanas desde que fosse mantido o sigilo durante a montagem e o deslocamento das forças invasoras.

A conquista de Natal, argumentava o *Rubber Plan*, "colocaria nossas forças em

uma tal posição que seria possível interromper as linhas de comunicações para o nordeste, leste, sudeste e sul da área. Por este motivo a área de Natal devia ser prioritariamente ocupada e mantida em relação a qualquer outra área do Nordeste brasileiro".

O Poder Naval brasileiro, em sua maioria baseado no Sul era estimado como: dois antigos encouraçados; dois antigos cruzadores ligeiros; nove destróieres, alguns dos quais ainda em construção; três submarinos e várias embarcações de menor porte. Não era esperada qualquer interferência significativa por parte das forças navais brasileiras às operações norte-americanas.

A oposição da Força Aérea Brasileira a qual poderia ser concentrada rapidamente no Nordeste também não era levada em conta. O inventário aéreo brasileiro era citado com o seguinte efetivo:

| MEIOS AÉREOS | QUANTIDADE |
|------------------------------------|------------|
| Aviões VF (Boeing 256 - obsoletos) | 12 |
| Bombardeiros | 56 |
| Aviões VO (caças obsoletos) | 46 |
| Aviões Tipo VSB | 3 |
| Aviões Tipo VJ e VR | 18 |
| Aviões de Treinamento | 113 |
| Total de aeronaves | 328 |

A presença ou ausência de artilharia de costa nas praias-avulsos parece ter causado dúvidas nos planejadores norte-americanos, os quais não apresentaram quaisquer informações sobre o assunto, exceto quanto a dizer que nos planos do Exército Brasileiro

para fortificar as praias favoráveis a um desembarque "seriam empregados canhões de 6 e 12 polegadas".

Se essa artilharia estivesse instalada em 21 de dezembro de 1941, quando o Plano Básico Conjunto foi aprovado, deveria ser possível

o conhecimento desse fato, quer pedindo aos dois observadores da Marinha norte-americana em Natal, Capitão-Tenente L.K. Winans e Segundo-Tenente R.A. Cooke Jr, para fazer essa verificação ou solicitando que um *Catalina*, PBV-5 (ver foto na página 70) do Esquadrão da Patrulha VP-52 e que já estava baseado no porto de Natal, realizasse um esclarecimento aéreo (em resposta às preocupações norte-americanas de que submarinos alemães passassem a operar em águas territoriais brasileiras, o Presidente Vargas relutantemente permitiu a presença de um destacamento da aviação de patrulha e seu navio de apoio norte-americanos, os quais chegaram a Natal em 11 de dezembro de 1941).

Seria utilizada alguma artilharia leve, declaram os planejadores, mas os brasileiros, a fim de produzir uma "defesa determinada", utilizariam metralhadoras e canhões de 75 mm.

Uma vez que os exercícios de desembarque da Esquadra – executados no decorrer de 1941 nas ilhas de Culebra e Vieques, proximidades de Porto Rico, e em New River, na Carolina do Norte – demonstraram para o General Smith que o apoio de fogo naval e aéreo eram imprescindíveis para operações de desembarque bem-sucedidas, ele provavelmente teria solicitado um bombardeio de terra preliminar.¹² O *Rubber Plan* previa a neutralização de uma cabeça-de-praia com 4.500 jardas de comprimento e 200 jardas de largura.

Tão logo os grupos de desembarque tivessem conquistado cabeças-de-praia em

Natal, esperava-se que a progressão fosse rápida, uma vez que o terreno entre as praias e o aeroporto era de certo modo favorável e cortado por estradas e trilhas.

O problema em Natal não era a progressão das praias para o aeroporto, mesmo que houvesse oposição. O problema residia no desembarque dos navios-transporte e no trânsito para as praias.

Exceto quanto a seis passagens estreitas, a linha da costa em Natal era protegida por recifes – cobertos durante a maré alta e expostos na maré baixa. O plano alertava que nenhum desembarque poderia ser executado nas áreas abrangidas pelos recifes.

Existiam, porém seis praias estreitas e desimpedidas ao sul do porto de Natal.

Aquela mais ao Norte era a Praia do Meio, com 200 jardas de comprimento e 75 jardas de largura, "defrontando-se com alguns rochedos que provavelmente po-

dem ser alcançados contornando-se a extremidade dos recifes".

Três quartos de milha ao sul localizava-se a Praia de Areia Preta (600 jardas de comprimento e 50 de largura). Ainda mais ao sul situava-se a Praia dos Banhos (1 milha de comprimento e 100 jardas de largura) e, em seguida três faixas de praia desimpedidas (com, respectivamente, 600 jardas, 600 jardas e 1 milha de comprimento).

Poderiam os comandantes e timoneiros que guarneciam as Higgins LCPs, as LCVP (R)s, com rampa e as LCM conduzir suas embarcações e chegar conforme determinado

É imperativo que coloquemos forças terrestres sem perda de tempo na região Natal-Recife

Tenente-Coronel M. B. Ridgway

¹² Gen Holland M. Smith, U.S. Marine Corps (Retired) *The Development of Amphibious tactics in the U.S. Navy* (Washington D.C. History and Museums Divisions, Head Quarters, U.S. Marine Corps, 1992, "Naval gunfire" pp. 33-34, Smith and Percy Finch, *Coral and Brass* (Washington D.C.: Zenger Publishing Co. Inc. 1984, 1979) pp 132-133.



①

① e ② - Encouraçado *Minas Gerais* em Salvador - (Foto SDM)

③ - Encouraçado *São Paulo* (Em Recife ver foto na página 10) - (Foto SDM)

④ - Cruzador *Rio Grande do Sul* (irmão da *Bahia*) - (Foto CAB)

⑤ - Contratorpedeiro classe *Pará* (o *Mateus Grosso*) - (Foto SDM)

⑥ - Submarino classe *Tupi* (*Timbira*) - (Foto CAB)

⑦ - Submarino *Humaitá* - (Foto CAB)

⑧ - Contratorpedeiro classe *Marcílio Dias* (*Marcílio Dias* em 8/6/44) - (Foto SDM)

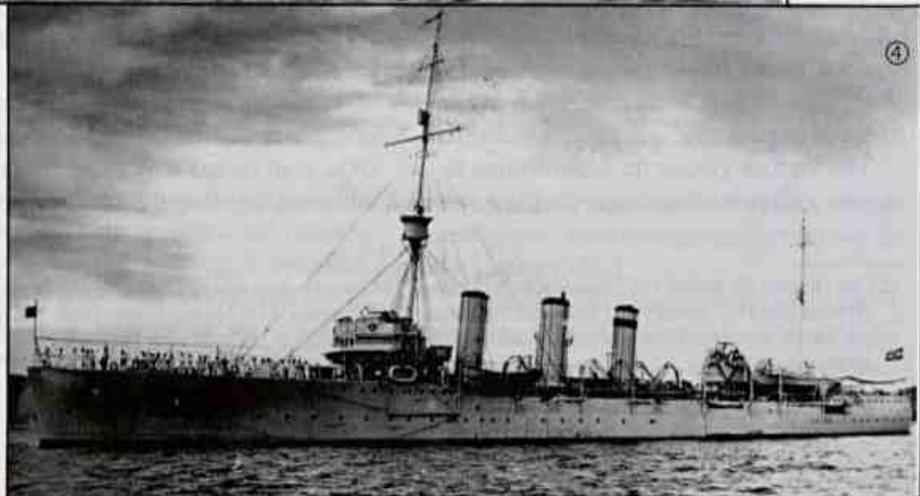
⑨ - Navios-mineiros (depois corvetas) classe *Carioca* (Em 20/7/1940) - (Foto SDM)



②



③



④

P N
O A
D V
E A
R L



B
R
A
S
I
L
E
I
R
O

N
O
S
A
N
O
S
4
0



nas posições corretas nas praias escolhidas? Será que não iriam encalhar nos recifes, conforme ocorreu na *Red Beach*, situada na Ilha Betio, integrante do Atol de Tarawa nas ilhas Gilbert, em 20 de novembro de 1943?

Entre 12 e 19 de janeiro de 1942, o General Smith comandou um exercício conjunto Exército-Marinha (*Janex-1*) em Cape Henry, Virginia. Dele participaram dois regimentos de Infantaria reforçada pertencentes à 1ª Divisão de Fuzileiros Navais e a 1ª Divisão de Infantaria do Exército.

Na Hora H (09:25) de 12 de janeiro, após um bombardeio simulado pelos grupos de apoio de fogo, a força de desembarque Azul iniciou os desembarques nas praias identificadas com A, B, C e D. Em um relatório para o Almirante Ingersoll, o General Smith descreve o que ocorreu:

a) o 1º Batalhão dos Fuzileiros Navais desembarcou na praia designada. (praia D);

b) o 3º Batalhão do 18º Regimento de Infantaria, um batalhão de assalto e que tinha ordens para desembarcar na praia C, foi na realidade levado para as praias D, praia B-2 e a leste da praia B-1, em uma região fora dos limites da área de exercícios. Nenhum segmento deste batalhão foi levado até a praia designada. O Batalhão ficou espalhado em uma frente de cerca de duas milhas e toda a integridade tática foi perdida;

c) o 1º Batalhão do 26º Regimento de Infantaria foi ordenado desembarcar na praia B-2. Parcela deste Batalhão desembarcou no local correto e o restante desembarcou na praia B-1; e

d) o 2º Batalhão do 26º Batalhão de Infantaria tinha ordens para desembarcar na praia B-1. Uma de suas unidades foi desembarcada

na praia C e a outra a uma grande distância da praia designada, em uma área fora dos limites do exercício.

Além disso, depois de registrar que os transportes estavam de tal modo posicionados que os corredores das embarcações de desembarque entrecruzavam-se, o General Smith chegou à conclusão de que, em grande parte, uma vez que os encarregados das embarcações estavam muito mal adestrados, a força de desembarque não teria derrotado a força de defesa da praia Vermelha que era pelo menos quatro vezes inferior em números de pessoal e poder de combate.

Se as tropas, suprimentos e destacamentos da leva de desembarque estavam espalhados em tantos lugares errados em duas milhas de praia, situação em que não se poderia duvidar “que qualquer força naval de ataque jamais teria uma oportunidade de ficar tão familiarizada com as praias, como era possível na condi-

ção criada durante os últimos exercícios”, o que poderia ocorrer, pensava o General Smith, quando a força de desembarque fosse enviada a praias desconhecidas?

O General Smith informou claramente ao Almirante Ingersoll que a “execução do movimento navio-terra durante este exercício, sob o ponto de vista tático, foi um completo fracasso”. E ele lamentava a “perda de prestígio das forças empregadas na visão dos observadores, particularmente os estrangeiros (que pertenciam ao Comando de Operações Combinadas da Inglaterra).

Se alguma vez Holland M. Smith envolveu-se em uma situação que justificasse seu apelido de *Howling Mad*, este pareceu ter sido o caso (embora os oficiais mais ligados

No dia 21 de dezembro de 1941, a Comissão Conjunta decidiu aprovar o Plano Básico Conjunto para a ocupação do Nordeste do Brasil

a ele insistissem que ele raramente perdia a calma). De qualquer modo, essas eram as tripulações de embarcações de desembarque que ele pretendia utilizar, caso recebesse a ordem para o transporte das tropas até as praias estreitas e cheias de recifes em Natal.

O Plano não é claro quanto à execução de desembarque em Fortaleza, 270 milhas terrestres na direção nordeste, onde a força brasileira totalizava 2.897 homens ou em Recife, ao sul distando de 160 milhas de Natal com uma guarnição militar de 5.540 homens. Ambos os portos deveriam ser conquistados como parte da operação de Natal. Fortaleza tinha recifes e baixios. Quanto a Recife o Plano declarava: "Devido aos recifes, rios, banhados e lagoas na retaguarda das praias a maior parte desse litoral é inadequado para o desembarque de tropas". Muito provavelmente, elementos da 9ª Divisão do Exército avançariam, a partir de Natal, em direção a Fortaleza e Recife, usando a estrada de rodagem costeira e a rede ferroviária. Seria uma longa caminhada até Fortaleza.

De acordo com o Plano, as duas outras áreas a serem conquistadas em seguida eram Salvador (Bahia), 500 milhas terrestres ao sul de Natal e que dispunha de uma força militar de defesa com 3.453 homens, e Belém (Pará), a oeste-noroeste de Natal, com uma guarnição de 1.552 homens.

As condições hidrográficas e topográficas de Salvador favoreciam as operações de desembarque.

As praias no litoral fronteiro à baía eram calmas, o fundo liso de areia e com um fácil acesso à cidade baixa e seu aeroporto. Outras praias adequadas situavam-se em Amaralina, Pituba e Itapoã; as duas primeiras confrontavam-se com estradas pavimentadas e linhas de bonde que iam até a cidade.

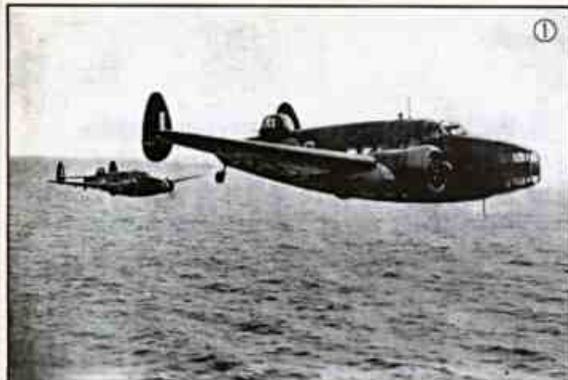
Belém, todavia, representava um problema. A área terrestre que circundava a cidade e o seu aeroporto, que estavam situados a 70 milhas no interior na margem leste do Rio Pará, era composta de banhados aluviais com uma densa floresta, inadequada para operações militares em larga escala. Navios com 26 pés ou mais de calado poderiam, se tivessem raio de ação adequado, penetrar no estuário até um ponto ao norte distante 8 milhas de Belém. Embarcações de desembarque com pequeno calado poderiam prosseguir e alcançar as pequenas praias de lama próximo ao aeroporto. Os desembarques naquele local, alertava o Plano, "poderão sofrer uma forte oposição com pesadas baixas pelo fogo partindo das partes elevadas da cidade".

Em 26 de dezembro de 1941, um conjunto de 12 navios de transporte era reunido para o embarque das tropas

A fim de encontrar praias menos perigosas, seria necessário ir a oito milhas ao norte do estuário até as praias de lama de Pinheiro (hoje Icoraci) e atingir a cidade através a rede ferroviária com a bitola de 1 metro e/ou uma péssima estrada de rodagem; ou, se-

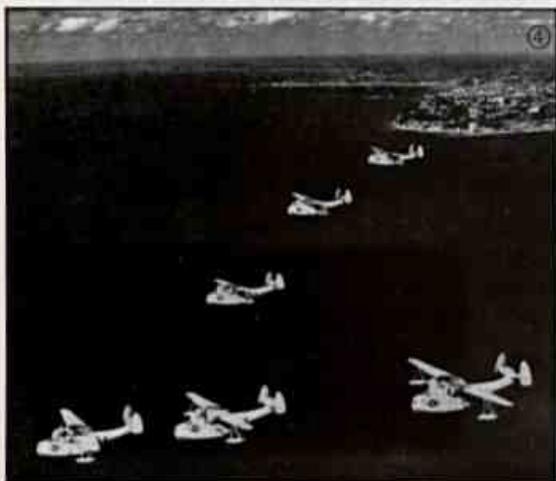
guir para leste, acompanhando a costa atlântica, cerca de 100 milhas terrestres até Salinas e avançar através uma péssima estrada de rodagem com florestas densas; ou prosseguir para o leste, mais 20 milhas até Bragança e avançar pelo leito da estrada de ferro através região de densa floresta.

Levando em consideração o tempo dispendido para uma invasão terrestre partindo de praias aceitáveis, o Plano considerava a conquista do perímetro do aeroporto por fuzileiros navais pára-quadistas, que partiriam de bases de hidroaviões na Guiana Holandesa "desde que aviões PBM (*Martin*) pudessem estar disponíveis". As tropas de fuzileiros navais pára-quadistas haviam sido empregadas pela primeira vez nos exercícios de adestramento conjunto de New River em 4



OS PATRULHAS NORTE-AMERICANOS

- ① - *Lockheed Hudson* (na foto na RAF)
- ② - *Vega Ventura*, o desenvolvimento do *Hudson* no fim da guerra
- ③ - *Consolidated Catalina PBY*, os primeiros a voar nos céus brasileiros
- ④ e ⑤ - *Martin Mariners PBM* (na Bahia e no RJ). Chegaram no fim da guerra



de agosto de 1941, quando a Companhia A do Segundo Batalhão de Pára-quedistas pousou nas proximidades de Duck Creek, na retaguarda da praia de Onslow.

Um tipo diferente de desafio teria de ser enfrentado pelos fuzileiros navais na Ilha de Fernando de Noronha, a quarta e última área de desembarque prevista no *Rubber Plan*. Situada no Oceano Atlântico a 225 milhas náuticas ao nordeste de Natal, a ilha era utilizada como uma colônia penal, onde 627 presos políticos e criminosos condenados viviam sob a guarda de 65 homens armados com revólveres. Na ilha estavam também 962 habitantes ocupando uma área montanhosa, sem

vegetação, com sete milhas de comprimento e uma milha e meia de largura. Os ilhéus possuíam plantações para sua subsistência, assim como animais domésticos (exceto gado), mas os recursos alimentares eram insignificantes para sustentar uma força de desembarque. Mensalmente chegava à ilha um navio mercante vindo de Recife trazendo suprimentos.

Estrategicamente a ilha era importante, tendo em vista que a empresa aérea italiana Ala Littoria havia construído uma área de pouso com uma milha de comprimento e 500 jardas de largura, na qual foi estabelecida uma pista de concreto com 2.970 pés. Quer a Aviação do Exército como os planejadores dos fuzileiros navais visualizavam este campo de pouso como uma base aérea em potencial, que poderia dominar não apenas a rota do Atlântico Sul, que representava uma linha vital de suprimento para as Filipinas, o mesmo ocorrendo quanto às rotas marítimas entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul.

As informações indicavam que a ilha teria sido ocupada recentemente pela Marinha do Brasil com um efetivo que não era conhecido.

Também não era sabido se a ilha dispunha de defesas instaladas, incluindo artilharia. Novamente, o sobrevôo de um PBY-5 e usando binóculos 7x50 poderia ter respondido a essas questões.

O que tornava um desembarque em Fernando de Noronha particularmente difícil era o fato de que a ilha tinha apenas uma praia de apenas 200 jardas de comprimento situada a um quarto de milha da parte mais ao norte. Suprimentos vindos por mar para a ilha tinha de ser descarregados na praia em uma rampa de pedra por meio de uma balsa nativa. A ressaca contínua transformava os desembarques em uma operação delicada mesmo em condições moderadas de tempo.

A execução do movimento navio-terra durante este exercício, sob o ponto de vista tático, foi um completo fracasso

General Smith, Comandante da Força de Desembarque

talvez que as embarcações Higgins pudessem desembarcar homens e equipamentos na praia de maneira tão efetiva quanto a balsa. O General Smith poderia também decidir o emprego de botes de borracha de 14 pés lançados dos navios-transporte. Essas embarcações haviam sido usadas em Culebra e New River, onde demons-

traram possuir uma capacidade demasiadamente reduzida para emprego em grandes operações de desembarque. Ao mesmo tempo, elas provaram ser práticas para missões de reconhecimento noturno e pequenas incursões, o que representava um possível emprego nesta operação. Os pára-quedistas fuzileiros navais poderiam também ser empregados, mas eles não são mencionados nesta parte do Plano.

O perigo em Fernando de Noronha era de que o fogo defensivo, enfilado através do pequeno apex do "funil" da praia, poderia ter produzido uma cena muito semelhante àquela do filme *O Salvamento do Soldado Ryan*. Dependendo do que os defensores dispu-

sessem quanto a armas pesadas – aquelas que não houvessem sido neutralizadas pelo apoio de fogo –, esta sem dúvida era a parte mais perigosa do *Rubber Plan*.

De maneira geral foi “ótimo” para os fuzileiros, assim como para os brasileiros que jamais nenhuma parte do plano tivesse sido executada. Exceto quanto a Salvador, as praias de desembarque apresentavam tantos problemas que o resultado teria acarretado um número desproporcional de baixas de ambos os oponentes.

A 9ª Divisão do Exército, destinada às tarefas de ocupação, teria sido de muito pouco valor nas operações de desembarque, uma vez que, diferentemente da 1ª Divisão, ela jamais tinha participado em exercícios conjuntos Exército-Marinha deste tipo de operação.

Mais ainda, os deslocamentos terrestres – 270 milhas para Fortaleza e 167 milhas para Recife – teriam exigido um enorme esforço, a menos que houvesse o apoio da rede ferroviária. Reforços brasileiros significativos vindos do Sul poderiam chegar a Fortaleza por mar ao mesmo tempo que as tropas norte-americanas, caso estas tivessem de se deslocar a pé.

O *Rubber Plan* determinava que os fuzileiros navais tivessem pelo menos dez unidades de fogo para todas as armas durante a conquista, ocupação e defesa inicial das áreas determinadas – unidades de fogo adicionais se sua presença se expandisse além do perímetro de defesa inicial. Mas, em 10 de fevereiro de 1942, tudo o que a 1ª Divisão do Fuzileiros tinha em estoque eram 4,5 unidades de

fogo para armas portáteis e 8,5 unidades para a artilharia leve. Mais grave ainda é que não havia munição para os seus morteiros de 60 mm, para os Rowitzers de 155 mm e para os canhões de 37 mm (tanque e antitanque). As simples razões militares para arquivar o *Rubber Plan*, considerando-o uma má idéia, cresciam cada vez mais.

As razões pelas quais o Presidente nunca deu a ordem de execução, a despeito de ser importunado para adotar tal atitude pelo Secretário de Guerra Henry L. Stimson – “Eu não posso lhe dizer quão importante eu considero este perigo de Natal”, escrevia o Secretário para o Presidente Roosevelt –, decorreram de uma série de eventos paralelos.¹⁵

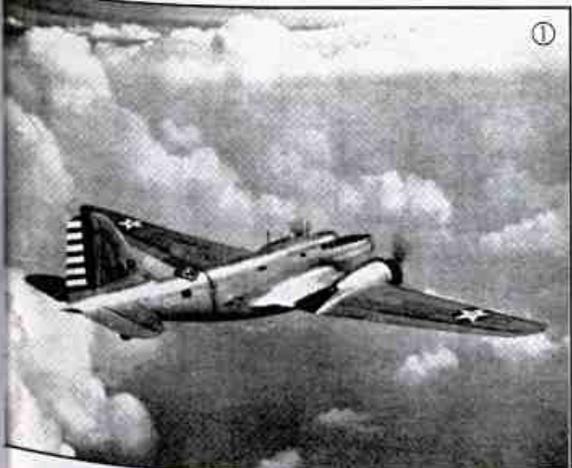
Desde dezembro de 1941 até fevereiro de 1942, o infatigável Subsecretário de Estado Summer Wells tentava contornar a necessidade do *Rubber Plan*, introduzindo soluções alternativas, ainda que temporárias para o impasse Brasil-Estados Unidos.

Seu primeiro sucesso ocorreu quando ele persuadiu o Presidente Vargas, em 13 de dezembro de 1941, a permitir a presença em Natal, Recife e Belém de 150 Fuzileiros navais sob o disfarce de mecânicos de aviação.¹⁶

De comum acordo com o Almirante Stark e o General Marsghall, três companhias (a 17ª, 18ª e 19ª) de “técnicos desarmados” voaram de Quântico em 12 DC-2 comerciais sob controle militar, que (com o conhecimento de Vargas) transportavam como carga caixas contendo metralhadoras e outras armas. Eles chegaram aos aeroportos designados nos dias 19 e 20 de dezembro.

15 *IBID*, Folder 4224-217, Henry L. Stimson to FDR, 19 fevereiro, 1942, Stimson anotou em seu diário no dia 22 de dezembro de 1941: “O ponto de partida para um salto através o Atlântico Sul está em Natal, Brasil. A segurança de toda nossa linha de comunicações depende da segurança daquele local. Nós temos tido muitos problemas quanto a esse ponto com o Brasil”. Henry L. Stimson Diaries, 1909-1945. Microfilm (Wilmington

16 NARA, Washington D.C. WPD, Folder 4224-204 BGEN Gerow, Memorandum for the Assistant Chief of Staff, G-2, 14 de dezembro de 1941; Stetson Conn and Byron Fairchild, *The Framework of Hemisphere Defense* (Washington, D.C., Office of the Chief of Military history, Department of the Army, 1960) p. 300.

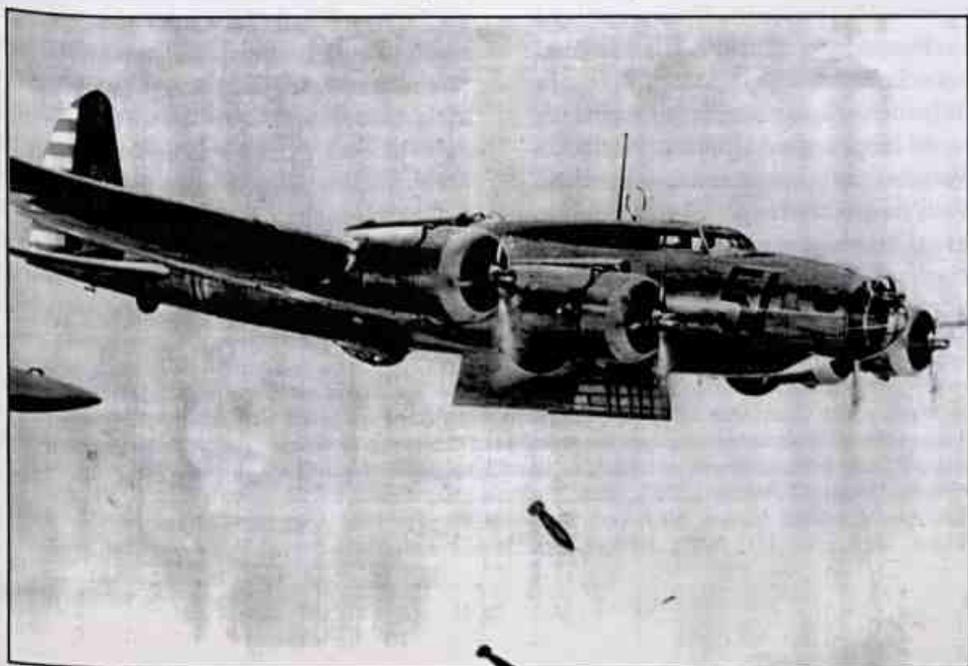


- ① - Bombardeiro *Douglas B-18*
- ② - Caça *Curtiss Tomahawk P-40*
- ③ - Treinamento avançado *North American AT-6*
- ④ - Treinamento básico *Vultee SBT*

OS PRIMEIROS REFORÇOS



As Fortalezas Voadoras *Boeing B-17* do início da Segunda Guerra Mundial



Os comandantes das companhias receberam instruções escritas (para serem destruídas após a leitura) as quais especificavam que sob o disfarce de tarefa declarada de apoio às aeronaves, sua missão principal era de proteger os aeroportos, as instalações e as aeronaves norte-americanas em trânsito.

Foi enfatizando que “eles lá estavam no território soberano do Brasil devido a circunstâncias muito especiais” por autorização daquele governo e que eles e seus subordinados deveriam agir como “amigos associados” dos membros das Forças Armadas brasileiras com os quais tivessem contato.¹⁷

Não ocorreram incidentes significativos com a presença súbita dos fuzileiros nas três cidades embora sua presença naquelas áreas em muito pouco tenham diminuído as preocupações do Estado-Maior do Exército.

O Secretário de Guerra Stimson registrou no seu diário em 22 de dezembro: “O Brasil permitiu que colocássemos uma pequena força de fuzileiros bastante insuficiente para proteger os aviões em face da atividades subversivas ou revolucionárias que estão sendo estimuladas pelos Nazistas..., e eu recebi do Estado-Maior este mês um memorando urgente sobre o assunto. Comuniquei-me com o Presidente e coloquei-o a par desta emergência...”¹⁸

Os fuzileiros todavia representavam uma ponta de lança e parece que o Presidente estava mais sintonizado com a argumentação de Wells do que com os temores de Stimson e seus auxiliares.

“Dê aos brasileiros o máximo de armamentos que possamos dispensar” argumentava Wells (que tinha sido um pajem no casamento do Presidente e por conseguinte tinha familiaridade com ele). “Mais cedo do que pensamos”, dizia ele, “os brasileiros irão concordar com a presença de maiores elementos de defesa norte-americanos nos aeroportos”.

O Presidente concordou. Ele declarava ao Chefe de Estado-Maior da Força Aérea do Exército, General Henry H. “Hap” Arnold, em 4 de janeiro de 1942, que Vargas não poderia concordar de pronto quanto à introdução no Brasil de tropas dos Estados Unidos a nível de divisão, tendo em vista a ferrenha oposição de seu próprio Exército.¹⁹

E ele apoiou a opinião de Wells de que o caminho para a cooperação brasileira seria conseguida através do fornecimento de armas e munições.

Assim sendo, contra o seu melhor julgamento e a política anterior, o Exército deparou-se com a ordem de enviar armamentos para o Brasil. Nisto estava incluído: canhões de 8 a 12 polegadas; morteiros de 12 polegadas; munição penetrante e auto explosiva; metralhadoras de 50 calibres e canhões anti-aéreos de 40 mm; tanques médios e leves – ainda que o Estado-Maior declarasse firmemente para o Ministro das Finanças do Brasil: “As necessidades dos russos e ingleses são tão desesperadoras que não fornecer a eles esses tanques é praticamente impossível” – bombardeiros *B-18*; aviões de caça *P-32*; aviões de treinamento avançado *AT-6* e aviões de treinamento básico *Vultee SBT-15*.²⁰

17 NARA, Washington D.C., WPD Folders 4224-204 4224-213: O Tenente Coronel Ridgway insistia que a Força de Fuzileiros Navais fosse composta de “combatentes” com o maior potencial de combate possível”. Ao chegar a Belém a 17ª Companhia foi aquartelada provisoriamente em um hangar da força Aérea Brasileira. Em Natal, a 18ª Companhia foi aquartelada provisoriamente no tender de hidroaviões USS *Trush* (AVP-3) e a partir de 29 de dezembro estava construindo um alojamento na cidade. A 19ª Companhia em Recife foi aquartelada provisoriamente a bordo do Navio-Tanque USS *Patoka* (AO-9).

18 Stimson, Diaries 22 dezembro, 1941, Roll 36 ff. 16-137.

19 H.H. Arnold, *Global Mission* (New York: Harper & Brothers, Publishers, 1949) p. 288.

20 NARA, Washington D.C. WPD, Folders 4224-220 and 4224-235.

Em contrapartida ao fornecimento de armas, Wells prometia o acesso das forças terrestres dos Estados Unidos ao Nordeste brasileiro. Um General, um tanto irritado, Dwight D. Eisenhower, escrevia para Marshall, em 18 de fevereiro de 1942, que "somente um grande desvio de munições essenciais para o Departamento de Guerra satisfará os brasileiros" e ainda assim "não existem garantias de que os brasileiros atenderão nossos pedidos".

Três dias depois, o General Eisenhower comunicou ao General Marshall:

"Harry Hopkins (assessor do Presidente Roosevelt e seu confidente) esteve em contato com o Senhor Wells, o qual disse a Hopkins que "se você me der 20 tanques este mês e quatro canhões antiaéreos para a ilha de Fernando de Noronha eu obterei tudo (isto é, os privilégios urgentemente desejados por nosso Comando de Transporte.)"²¹

A estratégia da isca de cenoura de Wells teve dois resultados de longo alcance: um em benefício dos Estados Unidos e o outro para o Brasil.

Em primeiro lugar, no Terceiro Encontro dos Ministros de Relações Exteriores, realizado no Rio de Janeiro entre 15 e 28 de janeiro de 1942, Wells "arrancou" uma assinatura de Osvaldo Aranha para uma "recomendação escrita de que as nações hemisféricas, o Brasil incluído, rompessem as relações diplomáticas com as nações do Eixo. O Brasil adotou essa providência no último dia da Reunião"²². (É importante registrar aqui que em 22 de agosto de 1942, seguindo-se ao afundamento por submarinos de um navio brasileiro, o Brasil declarou guerra à Alemanha e Itália. E em julho de 1944 o Brasil enviou uma força

expedicionária (FEB) para participar da campanha aliada na Itália).

Em segundo lugar, no Acordo de Defesa norte-americano-brasileiro assinado no Rio em 28 de maio de 1942, o Departamento de Guerra abandonou o seu permanente (desde 1939) objetivo de enviar forças terrestres para o Nordeste brasileiro e substituiu aquela "concepção original" pelo atual conceito... de que o Brasil e os Estados Unidos colaborarão no preparo de medidas de defesa a serem executadas pelas *Forças Armadas brasileiras* (a ênfase é do autor) com o total apoio das Forças Armadas dos Estados Unidos quanto à instrução e adestramento no emprego do material que for julgado ser necessário fornecer."²³

Desde modo, o Exército dos Estados Unidos nunca recebeu permissão para introduzir no Brasil suas próprias tropas a nível de divisão e até mesmo brigada, ou regimento. Pode-se dizer, todavia, que isso não era importante; em todo o decorrer de guerra sua arma aérea teve o uso irrestrito dos três aeroportos vitais do saliente do Nordeste.

Desde o primeiro vôo dos *B-17* com escala em Natal, em 21 de Dezembro de 1941, até o Dia da Vitória, o Brasil demonstrou ser um aliado totalmente cooperador e leal. (Ver foto p. 73)

Ao final, a diplomacia sobrepujou as armas. O procedimento paciente do Presidente Roosevelt demonstrou ser o correto. Wells, sem a menor dúvida poupou vidas humanas. Os brasileiros esqueceram sua independência e orgulho. A 1ª Divisão de Fuzileiros Navais – que seria empregada em benefício do Exército – escapou quer dos perigos como de um possível fracasso. E o Exército, ainda

21 *IBID*, Folders 4224-217.

22 "O pouco espaço impede a descrição do papel complicado desempenhado pela Argentina na reunião". Ver Frank D. Mc Cann Jr. *The Brazilian-American Alliance, 1938-1945* (Princeton: NJ, Princeton University Press, 1973) pp 250-258; and Benjamin Welles, Summer Welles: *FDR'S Global Strategist* (New York, St. Martin's Press, 1997) pp 315-321.

23 Citado em Conn and Fairchild, *Hemisphere Defense*, p. 319.

que curvando-se às exigências brasileiras, ganhou o que demonstrou ser um sério comprometimento do governo brasileiro para defender as três bases de apoio de sua arma aérea em Natal, Recife e Belém.

Afortunadamente aquele compromisso de defesa nunca foi testado. Em julho de 1942, por exemplo, a guarda em Natal era composta de apenas 50 Fuzileiros Navais norte-americanos e 90 soldados brasileiros com 15 revólveres.²⁴

O que poupou as bases aéreas do ataque externo foram as preocupações alemãs no leste com a caminhada da Wehrmacht para os campos de petróleo de Baku; no sul com o Field Marshall Erwin Rommel, em sua arrancada nas portas do Egito; e no espaço aéreo europeu com o crescente bombardeio aéreo dos ingleses às cidades e indústrias germânicas.

Mesmo que os estrategistas alemães tivessem seriamente considerado uma operação nos Estreitos do Atlântico, no verão de 1942, quando a Alemanha estava mais do que engajada, o Brasil simplesmente era um país longínquo.²⁵

UMA OBSERVAÇÃO

Ao examinar o conteúdo dos documentos que havia encontrado em Washington pareceu-me à primeira vista, a despeito de sua classificação, formato e texto que eles nada mais eram do que "exercícios de raciocínio" muitas vezes praticados em nossas Escolas de Estado-Maior.

Considerada uma avaliação de uma conjuntura aparentemente plausível e levando-se em conta os interesses nacionais em deter-

minados momentos históricos será sempre possível planejar uma Estratégia ou Estratégias que, mesmo a título de exercício, conduzam à formulação de um Plano de Guerra, o qual, considerado os meios existentes ou previsíveis, sua factibilidade e exequibilidade, possa vir a representar muito mais do que um simples exercício e sim um produto significativo do trabalho de um grupo de planejadores que são induzidos no decorrer de seu aperfeiçoamento profissional a produzir idéias que poderão ser ou não aproveitáveis no contexto de uma situação real.

Esta é uma prática comum e plenamente aplicada inclusive em nossas Escolas de Estado-Maior.

Ao tomar conhecimento, porém, do artigo do Professor Gannon pareceu-me que aquela minha idéia era até certo ponto negada.

Existiam coincidências em ambos os planejamentos (Marinha e Exército dos Estados Unidos) que pareciam demonstrar um *conteúdo real* quanto ao planejamento do Estado-Maior do Exército norte-americano.

Por outro lado, mesmo em exercícios escolares de planejamento de Estado-Maior, as "situações" delineadas devem ter em si um fundo de autenticidade em termos de ameaças conforme imaginadas.

Não creio, por exemplo, que em nossas Escolas de Estado-Maior seja considerado um cenário no qual possa ser possível uma "operação militar brasileira", no espaço asiático.

Qualquer exercício, ou, qualquer Plano de Guerra é elaborado partindo-se de conjunturas prováveis e possíveis, as quais recebem considerável influência daquilo que poderíamos classificar como "cultura histórico-militar".

24 IBID, p. 321. A partir de fevereiro, 1942, as Forças Armadas no nordeste do Brasil estavam sob o comando de um "supremo comandante" pró - Estados Unidos, General Leitão de Carvalho instalado em Natal; ver NARA, Washington, D.C., WPD Folder 4224-229.

25 Norman J.W. Goda, Tomorrow the World: Hitler, Northwest África and the Path Toward America (College Station, TX: Texas A&M University Press, 1998).

-Existiria, por exemplo, no pensar histórico-estratégico norte-americano, algo que conduzisse à consideração de uma possível invasão partindo do além-mar?

A meu ver, a resposta a essa pergunta é afirmativa.

Ainda que, como propõe Engle, "devemos entender o *Rubber Plan* no contexto de 1942 (e o mesmo se aplica ao documento a que estou me referindo) considere ser válido apresentá-lo em uma tradução simplificada e a partir daí elaborar meus comentários sobre o tema.

O PLANEJAMENTO DA FORÇA TERRESTRE (Tradução)

Em 1ª de novembro de 1941, o Chefe do Estado-Maior do Exército norte-americano Tenente-General L.J. McNair, aprovou o Plano de Operações do Teatro do Nordeste do Brasil (GHQ-NEB).

No exame de situação feita àquela época duas hipóteses foram consideradas:

Hipótese "A"

a) O Brasil tem uma postura amigável em relação aos Estados Unidos e não apresenta objeções quanto à presença de tropas norte-americanas no Nordeste; as tropas brasileiras não estão engajadas na defesa daquela área, exceto no que se refere às atividades de manutenção da ordem;

b) As "Potências Associadas" e que incluem, inicialmente, os Estados Unidos, a Comunidade Britânica (exceto o Eire), a Índia Ocidental Holandesa, os governos no exílio, a China e a França Livre estão em guerra contra as potências do Eixo e que compreendem:

- a Alemanha, Itália, Japão, Romênia, Hungria, Bulgária; ou

- a Alemanha, Itália, Japão, Romênia, Hungria, Bulgária e Tailândia.

c) Mesmo que o Japão e Tailândia não participem inicialmente da guerra, a possibilidade de sua intervenção deve ser levada em conta.

d) As repúblicas sul-americanas adotarão as medidas necessárias para controlar elementos subversivos, mas continuarão a manter o *status* de não-beligerante, a menos que venham a sofrer um ataque direto às águas territoriais e às bases terrestres de outras repúblicas. Poderão estar disponíveis para uso pelas Forças Armadas norte-americanas visando à defesa do Hemisfério.

e) Qualquer ataque ao Nordeste brasileiro deverá ser obrigatoriamente executado por uma potência de além-mar utilizando tropas transportadas por via marítima ou aérea.

f) Qualquer ataque ao Nordeste brasileiro por uma potência do além-mar será executado visando à ocupação de bases aéreas terrestres, bases de submarinos e facilidades portuárias, como um apoio a posteriores operações.

g) Devido à carência das comunicações e as características do terreno, qualquer ataque ao Nordeste do Brasil será executado visando à conquista dos aeroportos e portos existentes.

h) Qualquer ataque para a conquista desses portos e aeroportos deverão ser realizados a partir de posições próximas a esses objetivos. As probabilidades de sucesso de uma operação de desembarque em larga escala, a partir de praias distantes desses portos e aeroportos, são tão remotas que tal evento deve ser ignorado.

i) A carência de facilidades em determinados portos e a incapacidade de uma nação hostil em prover apoio logístico a uma força expedicionária através desses portos fazem com que eles sejam relativamente sem importância.

j) Bases aéreas, quer amigas ou inimigas, devem ser apoiadas por facilidades portuárias adequadas e que tenham uma localização razoavelmente próxima.

Hipótese "B"

1) O Brasil defenderá sua neutralidade e até onde sua capacidade permita, resistirá por meio de suas Forças Armadas a ocupação pelas forças norte-americanas das bases situadas no Nordeste brasileiro.

2) As outras repúblicas sul-americanas, ainda que não efetiva e ostensivamente hostis até o ponto de enfrentar militarmente os Estados Unidos, não irão cooperar com as potências associadas.

3) Uma força expedicionária conjunta Exército-Marinha capturou e ocupou determinadas localidades no Nordeste brasileiro para emprego como bases navais e aéreas visando proteger as comunicações marítimas do Hemisfério Ocidental, assim como impedir a expansão do Poder Militar do Eixo no referido Hemisfério.

4) O Comandante-em-Chefe da Esquadra norte-americana do Atlântico exerce o Comando unificado de força expedicionária conjunta.

5) O Exército norte-americano será responsável pela unidade de comando quanto à defesa do Nordeste brasileiro, nisto incluído as forças navais de defesa, tão logo as tropas de ocupação permanentes tenham substituído a força expedicionária (que não faça parte das forças de defesa) e o Exército esteja pronto a assumir essa responsabilidade.

Na "visão" do planejamento do Exército norte-americano e de acordo com as diretivas superiores recebidas, competiria ao Poder Naval daquela nação em qualquer das duas hipóteses:

I) a proteção das rotas marítimas no Caribe e Atlântico Ocidental;

II) a proteção do território das Potências Associadas visando impedir qualquer presença do Poder Militar inimigo no Hemisfério

Ocidental através da destruição de forças expedicionárias hostis, assim como do apoio às forças aéreas e terrestres em sua tarefa de negar ao inimigo o uso de instalações terrestres neste Hemisfério;

III) prover especificamente um apoio contínuo durante todo o período de ocupação.

IV) até que as bases aéreas terrestres tivessem sido estabelecidas e os aviões do Exército prontos a operar, caberia à Aviação Naval prover o necessário apoio aéreo. Era estimado que o tempo de preparo dessas bases seria de no mínimo 30 dias e no máximo de 60 dias após a ocupação inicial; e

V) finalmente em termos de uma operação conjunta:

– defender as fronteiras marítimas do Nordeste brasileiro.

– evitar a violação do conteúdo, ou, da intencionalidade da Doutrina Monroe no Nordeste do Brasil (o grifo é do autor); e

– negar o uso pelo inimigo, ou, de força apoiando o inimigo, de potenciais bases aéreas, marítimas e terrestres nas áreas marítimas e terrestres do Nordeste brasileiro.

De acordo com o Plano de Operações, o Nordeste brasileiro seria organizado como um Teatro de Guerra sob o comando do Exército.

Teríamos:

– Quartel General de Comando – em Natal

– O Teatro do Nordeste incluiria os seguintes Estados: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Bahia, Sergipe e a Ilha de Fernando de Noronha.

– Existiriam setores nessa organização.

– O setor de Belém (sede do Comando) incluiria os Estados do Pará e Maranhão com guarnições em Belém, Amapá e São Luiz.

– O setor de Natal (sede do Comando) incluiria os Estados do Piauí, Ceará, Rio Gran-

de do Norte e a Ilha de Fernando de Noronha. As guarnições seriam localizadas em Natal, Fortaleza, Camocim e Fernando de Noronha.

– O setor de Recife (sede de Comando) incluiria os Estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba com guarnições em João Pessoa, Recife e Maceió.

– O setor da Bahia (sede do Comando) incluiria os Estados da Bahia e Sergipe.

O componente aéreo do Exército deveria ser composto de:

- 1 Grupo de Bombardeio Pesado
- 1 Grupo de Caça (quatro esquadrões)
- 1 Grupo de Transporte
- 1 Esquadrão de Reconhecimento (pesado)
- 1 Esquadrão de Reconhecimento (médio)
- 1 Esquadrão de Observação
- Elementos de Apoio

De acordo com o Plano de Ocupação, considerada a Hipótese B, as forças expedicionárias desembarcariam em Recife, Belém e Natal.

Desembarques simultâneos seriam também realizados em São Luiz, Camocim, Fortaleza e Fernando de Noronha, empregando-se um destróier-transporte (APD) para cada localidade.

Dois oficiais e 53 praças participariam de uma operação aerotransportada a partir de Belém para o Amapá (a meu ver em Macapá) no mesmo dia (ou 24 horas após os desembarques em outras áreas). Deveriam ter suprimentos para 30 dias.

Os desembarques

Na área de Natal, o plano de desembarque, em linhas gerais previa que:

a) o desembarque principal seria executado por um batalhão do 47º Regimento de

Infantaria em Ponta Negra, ao norte do Rio Pitimbu, devendo ocorrer uma finta ao norte de Natal, nas proximidades da Ponta do Genipapo (sem que ocorresse qualquer desembarque real). A partir de Ponta Negra as tropas iriam deslocar-se para o norte pela praia e estradas até Natal.

Em Fortaleza, Camocim e Fernando de Noronha seriam empregados também elementos do 47º Regimento de Infantaria.

No setor de Belém, o desembarque seria de um batalhão do 60º Regimento de Infantaria em Pinheiro. Segundo os planejadores, o Campo de Abaeté deveria ser destruído ou ocupado.

Ao 60º Regimento de Infantaria caberia também prover os elementos de força para a ocupação de São Luiz e Macapá.

No setor de Recife, também planejado com os mesmos detalhes, seriam empregados o 39º Regimento de Infantaria além de elementos de artilharia terrestre e antiaérea para proteção contra uma reação das forças brasileiras.

Em 20 de fevereiro de 1942, foi aprovado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército o Plano de Operações referente ao setor Rio de Janeiro, com o codinome LILAC.RS.

Dentro das hipóteses gerais deste Plano foi imaginado, que existia um Governo brasileiro “legítimo” amigo dos Estados Unidos o qual tinha sido (ou estava próximo a ser) destituído por Forças Armadas brasileiras revolucionárias.

Devido a esse, fato o Governo legítimo deslocar-se-ia temporariamente para a área Recife-Natal, caso essa área já estivesse sob a ocupação norte-americana. Ou para os Estados Unidos, se possível, caso esse fato ocorresse antes da intervenção norte-americana no Nordeste.

Assim sendo, a missão das forças norte-americanas seria a de intervir na área ao sul do

Teatro do Nordeste, a fim de preservar ou restabelecer o governo "amigo".

Era reconhecido que as forças revolucionárias brasileiras, com o auxílio das potências do eixo ofereceria uma firme resistência a qualquer tentativa de uma presença no Brasil das Forças Armadas das potências associadas.

É feita uma análise cuidadosa das condicionantes geográficas, dos meios de comunicações e da importância das facilidades portuárias e aeronáuticas da região.

Como conclusão, foi considerado que as ações necessárias à ocupação dos aeroportos, portos e sistemas rodoviários deveriam ser iniciadas nas proximidades dos seguintes locais: Campos, Macaé, Cabo Frio, Rio de Janeiro e Santos.

Foi levado em conta que os Estados de São Paulo e Minas Gerais eram os mais ricos do Brasil e que os sistemas de comunicações convergiam a partir desses Estados para o Rio de Janeiro. Era então mandatário que a cidade do Rio de Janeiro fosse ocupada de modo a impedir que as forças revolucionárias oriundas de Minas Gerais e São Paulo conquistassem essa cidade.

A Força Anfíbia da Esquadra do Atlântico seria utilizada para manter ou restaurar o governo "amigo" simultaneamente com a "conquista sem oposição" do Teatro do Nordeste; ou, *em seguida, após a ocupação do Teatro do Nordeste* caso fosse necessário o seu apoio para essa ocupação e quando um número suficiente de navios estivesse disponível para um deslocamento para o Sul.

Caberia às forças navais de apoio proporcionar os meios necessários para o desembarque, ocupação e defesa do setor do Rio de Janeiro. Etambém:

— A proteção das rotas marítimas essenciais para o sul a partir do Teatro do Nordeste; e

— A destruição de forças expedicionária inimigas.

Caso a operação fosse completada com êxito, o comando do setor Rio de Janeiro passaria a ser subordinado ao Comandante do Teatro de Operações do Nordeste.

Os Subsetores

Seriam estabelecidos os seguintes subsetores:

Subsetor Campos

Responsável pela proteção dos "portos" de São João da Barra e Macaé, assim como os aeródromos nas proximidades de Campos e Macaé;

Defesa das ferrovias e rodovias entre Campos e Rio de Janeiro;

Bloqueio do Rio Paraíba contra navegação hostil.

Subsetor Rio de Janeiro

Proteger e manter um governo brasileiro conforme reconhecido pelos Estados Unidos.

Proteger as instalações portuárias do Rio de Janeiro e os portos de Angra dos Reis e Mangaratiba; também os aeródromos próximos à cidade: Cabo Frio e Santa Cruz.

Defesa das ferrovias e rodovias do subsetor.

Subsetor Santos

Proteger o porto de Santos e Itanhaém; a cidade de São Paulo; os aeródromos nas proximidades de São Paulo, Vila Bella, Ubatuba e São Vicente.

Defesa das ferrovias existentes no subsetor entre Rio e São Paulo.

A CONFIGURAÇÃO E A VISUALIZAÇÃO DE UMA AMEAÇA

Diz o Almirante Leoncio Martins, no final de seu artigo que "não havendo *perigo imediato**, a ação dos pacifistas, dos idealistas e de outros elementos não tão bem-intencio-

* O grifo é meu

dados assume enormes proporções, dando ênfase à construção de um modo ideal de amor e de cordialidade que infelizmente nunca existiu, nem parece que existirá e quando nele se acredita este sentimento é unilateral para desgraça de quem o teve”.

“As Forças Armadas heroínas nos momentos de aflição, passam a ser incômodas gastadoras de verbas orçamentárias que, sempre se afirma, poderiam ser mais bem empregadas. Mas ao mesmo tempo, tem a obrigação e a responsabilidade de *estarem prontas quando solicitadas em emergências vitais*. Luta que exige desprendimento sem paga, dedicação sem recompensa e nem mesmo compreensão como afirma uma frase lapidar que ficou na história”.

Tenho certeza de que a leitura do artigo mencionado possibilita uma perfeita visão da ambiência brasileira a partir de 1939.

Destaquei nesta minha citação as menções do *perigo imediato* e de *estarem prontas* (as Forças Armadas) *quando solicitadas em emergências vitais*.

Elas constituem a base para meus comentários quanto à atitude norte-americana na época considerada.

A meu ver e confirmando o que mencionei anteriormente o pensar histórico-estratégico norte-americano sempre se preocupou com a possibilidade de um ataque partindo do além-mar.

Uma análise histórica demonstrará facilmente as dificuldades enfrentadas pela nação norte-americana para obter sua independência e confirmá-la em 1812.

Por outro lado, suas motivações econômicas herdadas ou desenvolvidas no passar do tempo traçaram uma singradura a ser seguida a qual inexoravelmente levaria os Estados Unidos a ser um ator disputando uma presença marcante no cenário mundial. O que, por via de consequência, geraria

reações e certamente situações de conflito com os principais atores então proeminentes nesse mesmo cenário.

Ainda que também existissem, no pensar norte-americano, as mesmas idéias dos pacifistas e dos idealistas mencionadas pelo Almirante Leoncio Martins ocorria também a presença dos realistas que entendiam perfeitamente não ser crível no “mundo humano” a existência de “um modo ideal de amor e cordialidade” entre nações.

Diferentemente, porém, do caso brasileiro, não apenas o segmento militar da sociedade norte-americana preocupava-se em neutralizar os efeitos dessa utopia. Percentual significativo do segmento político e econômico daquela nação procurava também analisar a necessidade de uma “presença” na ambiência internacional e as consequências que poderiam advir das ações praticadas, e das atitudes contrárias que fossem assumidas.

As nações, a partir da segunda metade do século XIX, defrontavam-se com o surgimento do que considero ter sido uma nova Revolução Político-Militar. Paul Kennedy sintetizou a impressão de vários autores que procuraram definir algumas das causas mais importantes que geraram essa Revolução:

– “o crescimento global das estruturas burocráticas e governamentais, isto sendo um reflexo da complexidade cada vez maior da sociedade ocidental ao enfrentar os problemas da industrialização e modernização;

– o ritmo crescente da tecnologia o que implicava em uma transformação total do segmento militar das sociedades. Isto obrigava à existência de especialistas que, principalmente, analisassem os desenvolvimentos em outras nações e sugerissem aos seus líderes quais as consequências em termos de sua própria nação;

– a crescente complexidade do conflito armado como consequência da Revolução

* Revista do Clube Naval, nº 312, out./nov./dez. 1999

Industrial. A produção em massa, os progressos nos sistemas de transporte e o emprego de enormes contingentes humanos nos conflitos exigiram um processo de planejamento e controle para o seu emprego; e, finalmente,

– seria obrigatória a profissionalização dos especialistas militares não apenas em termos de uma assimilação do progresso tecnológico, como também da *previsão em tempo* de como empregar quando necessário os meios militares. E isto significa *planejamento* através de uma análise da Conjuntura Atual e Prospectiva.”

É evidente que os sucessos do sistema militar prussiano nas guerras de 1864, 1866 e 1870-71 exerceram considerável, se não decisiva, influência na criação dos estados-maiores e no desenvolvimento de um planejamento operacional, isto é, de planos de guerra.

O exemplo alemão ao colocar o “raciocínio” e a “visão” a serviço do planejamento e emprego do segmento militar em possíveis conflitos para a consecução de objetivos vitais, conforme identificados, exerceu uma decisiva influência no pensamento político-militar das demais comunidades humanas.

Algumas conseguiram assimilar de pronto tais idéias. E os Estados Unidos representa um perfeito exemplo.

Na visão norte-americana existiam duas ambiências em que seus objetivos de toda ordem poderiam ser concretizados ou deveriam ser protegidos.

No Pacífico o problema era de uma expansão. Expansão territorial com predominância marítima dispondo de uma capacidade para “conter” e “anular” o crescimento japonês. Tratava-se, portanto, de uma visão ofensiva.

No Atlântico, a situação era inversa. Não apenas era pretendido manter e ampliar uma presença econômica e tecnológica mas e, principalmente, estar preparado para a defesa de seu próprio território contra ameaças oriundas do continente europeu. Um sentimento que tinha raízes histórico-culturais.

Mahan apresentou a fórmula para a “conquista” do Pacífico assim como sugeriu uma estrutura para a proteção da área sul do continente norte-americano, especificamente o Caribe.

Sua visão – ainda que basicamente militar e naval – foi perfeitamente entendida e adotada por expoentes do seguimento político da sociedade daquela nação.

Em 30 de março de 1901, por exemplo, o Senador Henry Cabot Lodge de Massachusetts dizia por carta ao Vice-Presidente Theodore Roosevelt que ele considerava um desembarque alemão em Boston “bem dentro das possibilidades e que o imperador alemão tinha momentos em que era suficientemente louco para tentar qualquer coisa”. No entanto, concluiu Cabot Lodge “ele julgava ser mais provável um desembarque alemão na América do Sul, possivelmente no Brasil”.

Em sua resposta, Roosevelt informava a Lodge que a Alemanha representava uma ameaça real para os Estados Unidos enfatizando que “os alemães tinham plena certeza que nós (os norte-americanos) seríamos incapazes de formar um Exército de 30 mil homens, o qual de forma alguma poderia ter a capacidade de enfrentar uma força alemã com o mesmo efetivo”.

Em 19 de novembro de 1901, o Ministro da Relações Exteriores da França, Théophile Delassé, recebia as seguintes informações quanto às relações entre a Alemanha e os Estados Unidos:

“Elas não são ruins! Elas são péssimas! Existe ciúme. Cada um entende que está lutando pela supremacia comercial no mundo; não existe a menor possibilidade de acordo nessa área e basta que qualquer oficial de Estado-Maior em Berlim, usando os seus momentos de lazer dedique-se a elaborar um plano de invasão do território norte-americano por tropas alemãs porque tal fato torne mais atual a consideração do almirante Dewey de que a próxima guerra dos Estados Unidos será contra a Alemanha”.

Theodore Roosevelt que assumiu a Presidência dos Estados Unidos após o assassinato do Presidente McKinley acreditava firmemente na ameaça de uma agressão alemã no Caribe ou em qualquer outro ponto da América Latina.

Em 21 de janeiro de 1903, o Chefe do Serviço de Informações Navais, Capitão-de-Mar-e-Guerra C.D. Sigsbee, informava ao Secretário da Marinha que ele estava absolutamente convencido de que qualquer ataque alemão seria dirigido para Washington, em vez de Boston ou Nova Iorque e que Anápolis seria a base de operações alemã.

Sigsbee também se preocupava com uma possível espionagem e infiltração alemã.

Em 11 de março de 1903, ele recomendava oficialmente que fosse realizada uma pesquisa "para determinar se os marinheiros norte-americanos com sobrenome alemão eram nascidos nos Estados Unidos ou naturalizados; a quanto tempo estavam servindo antes da naturalização; a quanto tempo estavam na Marinha; se as atuações que usavam seriam símbolos de patriotismo alemão ou norte-americano".

Na realidade, a Alemanha planejava a invasão dos Estados Unidos.

Sua Marinha em 1903 dispunha ainda de superioridade numérica quanto a navios de guerra. No seu planejamento Culebra e Porto Rico seriam os pontos-chave para uma posterior invasão do território continental norte-americano. Sua posse permitiria o controle alemão da extremidade leste do Canal do Panamá ainda em construção.

Politicamente, essa operação militar eliminaria progressivamente qualquer significado da Doutrina Monroe. A indústria alemã poderia então, sem impedimentos, explorar concessões econômicas na Venezuela, Brasil, Argentina e outras repúblicas sul-americanas.

O planejamento alemão também era detalhado. Após um engajamento naval com a

conseqüente derrota norte-americana, a Marinha ocuparia Culebra. As forças do Exército seriam transportadas para Porto Rico usando os grandes navios de passageiros de Norddetch Lloyd e Hamburg America Line. Schlieffen calculava que seriam necessários 12 mil homens, 3.700 cavalos e 671 veículos para a ocupação de Porto Rico.

Os planejamentos militares dos Estados Unidos e Alemanha evoluíram com o passar dos anos, levando em conta as alterações políticas no cenário internacional e assim como a disponibilidade dos meios militares.

O programa do Almirante Fisher, por exemplo, em 1905-1906, quanto aos *dreadnoughts*, exerceu uma influência decisiva no pensar germânico.

A aproximação entre França e Inglaterra e a inclinação da Rússia em opor-se à Alemanha parecia indicar já naquele momento que, em uma próxima guerra, a Alemanha teria de combater em duas frentes. Nesse caso, a possibilidade de uma invasão do território norte-americano tornava-se longínqua.

Próximo ao início da Primeira Guerra Mundial, existiam nos Estados Unidos dois planos de guerra básicos: o Plano *Orange* em relação ao qual o inimigo era o Japão; e o Plano *Black* em que a Alemanha seria o adversário.

Sob o ponto de vista estratégico, a Alemanha tinha contra si o problema das distâncias. Os planejadores norte-americanos estimavam que uma força de invasão germânica totalizando 750 mil homens poderia ser transportada para a região do Caribe e do território continental norte-americano.

Assim sendo, a missão da Esquadra norte-americana baseada em Guantanamo (Cuba) e em seu posto avançado, Culebra (Porto Rico) seria de enfrentar a força expedicionária alemã no Atlântico no instante em que esta atingisse a "zona de controle" e que foi estabelecida com um raio de 500 milhas a partir de Culebra.

O interessante a observar é de que na opinião dos planejadores norte-americanos

suas possibilidades de sucesso não eram superiores a 50 por cento.

Para aqueles que se dedicam ao estudo da História Militar, sempre existiram alguns questionamentos básicos:

– Até que ponto os planos de guerra elaborados antes de um conflito tiveram plena aplicação?

– Até que ponto as estimativas foram confirmadas?

– Até que ponto os objetivos de longo prazo foram atingidos?

O Professor J.A.S. Grenville, em um artigo publicado em 1961 pela Royal Historical Society, oferece uma interessante resposta quanto ao Plano *Black*.

Segundo ele, a abertura ao público dos arquivos referentes aos planejamentos navais e terrestres norte-americanos referente ao período 1914-1917 mostra que “a Marinha e o Exército norte-americanos não estavam planejando em termos da chamada Primeira Guerra Mundial e sim para a guerra seguinte”.

No verão e outono de 1915, por exemplo, o Alto Comando da Marinha estipulava quais os meios navais que deveriam ser criados. E o Presidente Wilson aceitou essa proposta. Em resumo, a Marinha norte-americana desejava e propunha a obtenção de uma supremacia prioritariamente voltada para o Pacífico.

Em sua argumentação era declarado:

“As guerras têm como origem principal a pressão econômica e as competições entre nações e raças (o grifo é do autor)... Ao término deste conflito (a Primeira Guerra Mundial) não é improvável que os derrotados, com a convivência e talvez a participação dos vitoriosos, busquem recuperar suas perdas e expandir-se às custas do Novo Mundo. Por outro lado, talvez em breve o vitorioso venha a desafiar os Estados Unidos...”

Uma política naval, por conseguinte, “deve procurar garantir a segurança norte-americana no Atlântico Ocidental, no Caribe e no Pacífico o mais cedo possível”.

O vitorioso, no caso, nada mais era do que o Japão o qual graças sua aliança com a Inglaterra e após o sucesso de Tschusima procurava ampliar suas posses no Pacífico.

Os eventos históricos que se sucederam permitem demonstrar não apenas a consistência desse raciocínio como também a firme orientação do pensar naval norte-americano com reflexos na liderança política.

Daí a existência do Plano *Orange*, que tem suas origens na proposição *mahaniana* e que orientou a estruturação da Marinha norte-americana no decorrer das duas décadas que precedem a Segunda Guerra Mundial.

Todos sabemos que não ocorreu uma nítida vitória aliada na Primeira Guerra com a capacidade de eliminar definitivamente uma futura ameaça de “expansionismo germânico”. O que tivemos na realidade foi um interlúdio até o próximo conflito.

Os tratados de Washington de 1921 e 1922 quanto a armamentos navais e os “mandatos” no Pacífico fortaleceram a visão naval norte-americana ao mesmo tempo em que representaram uma derrota política e legal para um dos vitoriosos da Primeira Guerra.

Isto implicava em atribuir maior importância ao Plano *Orange*.

Sem a menor dúvida, em termos prospectivos, o pensamento do Alto Comando da Marinha foi plenamente confirmado. O “derrotado” recuperou-se e “com a convivência e até a participação dos vitoriosos” voltou a representar – pelo menos na visão norte-americana – a AMEAÇA

Ressurgia uma Alemanha estruturada em novos pensamentos políticos, no valor da raça, das origens culturais no desejo de vingança e de uma presença significativa na sociedade internacional.

Em novembro de 1937, a Divisão de Planos de Guerra do Exército norte-americano considerava que “em um mundo que se altera com uma rapidez caleidoscópica, ninguém pode determinar a natureza

do grande conflito que parece irá ameaçar interesses nacionais vitais”.

Assim sendo, na opinião do Exército norte-americano, o Plano *Orange* passava a ser “estrategicamente infundado e insensato”.

A divergência de opiniões entre Exército e Marinha perduraram durante alguns meses e a situação de compromisso assumida em fevereiro de 1938 foi de que a Marinha manteria sua atitude ofensiva contra o Japão e, após um período de tempo (que seria limitado no pensar naval), executaria o seu planejamento para a consecução de uma derrota total do Japão.

Ao mesmo tempo seriam elaborados planos contingentes que representavam opções para enfrentar as realidades do futuro conflito, conforme percebidas.

Em novembro de 1938, dois meses após o Pacto de Munique, surgiu a oportunidade (na visão do Exército) para que ocorresse uma situação de emergência em ambos os Oceanos: Atlântico e Pacífico.

Hitler dividiu a Tchecoslováquia ampliando suas posses na Europa.

O Comitê Conjunto Exército-Marinha determinou ao seu órgão de planejamento que explorasse um cenário de acordo com o qual “a Alemanha e a Itália iriam ‘violar’ a Doutrina Monroe na América Latina e o Japão executaria uma pernicioso influência nas Filipinas. As democracias européias não iriam se manifestar”.

“Isolado em um mundo hostil, os Estados Unidos teriam de proteger as regiões críticas para sua segurança: o Atlântico Ocidental, o leste do Pacífico e o Canal do Panamá”.

O resultado do planejamento elaborado considerava que a Alemanha e a Itália poderiam obter a colaboração de Portugal, Espanha e suas colônias; criar uma enorme base na costa ocidental da África e a partir daí enviar uma força expedicionária de cerca de 500 mil homens para invadir o Brasil.

Competiria à Marinha norte-americana interceptar o inimigo e destruir suas bases. Em seguida, forças expedicionárias conjuntas com apoio aéreo “neutralizariam” a América do Sul (o grifo é do autor).

Em termos do Pacífico, era admitido que o Japão, aproveitando-se da situação, ocuparia as Filipinas, inclusive as Aleutas. Resolvido o problema do Atlântico, o Poder Naval norte-americano retornaria em massa para o Pacífico a fim de executar o Plano *Orange*,

As divergências de opinião entre Exército e Marinha produziram como conclusão a criação dos Planos *Rainbow*, que previam cinco situações de conflito multinacionais.

Foi julgado prioritário o Plano *Rainbow One*, que tratava da proteção do Hemisfério Ocidental. Partia-se da suposição de que a França e a Inglaterra estariam intimidadas ou derrotadas. Os Estados Unidos então defenderia suas áreas oceânicas assim como o Hemisfério até o estreito do Atlântico, onde o Brasil projeta-se para a África. Para os planejadores, a defesa do Atlântico não oferecia problemas.

As conquistas japonesas, todavia, no oeste do Pacífico não poderiam ser evitadas.

O Plano *Rainbow One* foi aprovado em agosto de 1939.

A guerra na Europa arrastou-se lentamente até que em junho de 1940, com o colapso da França, a defesa do Hemisfério passou a ter prioridade máxima.

O Plano *Orange Four* originou-se da preocupação quanto à ampliação dessa defesa hemisférica. Menos de um ano depois, os eventos europeus tomaram um novo rumo. A obstinada defesa inglesa; a neutralização da Esquadra francesa; a cessão dos 50 antigos destróieres norte-americanos para a Inglaterra; a Lei de Empréstimo e Arrendamento; todos esses fatos indicavam a inadequação quer do *Rainbow One* como do *Rainbow Four*, os quais como planos de defesa foram formalmente cancelados em meados de 1941.

Desde o final de 1940, Roosevelt inclinava-se para a adoção da tese dos planejadores do Plano *Rainbow Five*, que estabelecia como prioridade a guerra contra a Alemanha e, em seguida, o Japão.

O ataque dito de "surpresa" a Pearl Harbour produziu resultados um pouco além daqueles previstos pelos planejadores norte-americanos. Os sucessos japoneses pareciam também conduzir a uma reformulação quer racial quer geopolítica de nosso planeta.

Em março de 1942, o Almirante Ernest King dizia, em carta ao Presidente Roosevelt, que "os Estados Unidos não poderiam permitir que as nações de 'raça branca' a Austrália e Nova Zelândia fossem conquistadas pelos japoneses devido as repercussões que isto iria provocar dentre as demais 'raças brancas' do mundo".

No período que vai de junho de 1941 até o início de 1942, a rápida sucessão de eventos em todos os teatros de guerra permitiria, talvez, estabelecer um cenário bem nítido para os planejamentos futuros dos Estados Unidos.

A campanha submarina atingia níveis assustadores. Se de um lado prosseguiram os avanços japoneses no Pacífico e a ofensiva alemã no território soviético, de outro lado, os ingleses conquistavam o Iraque, o Líbano e a Síria. Inglaterra e União Soviética ocupavam a Pérsia.

A luta em duas frentes em que estava empenhada a Alemanha e a reconhecida incapacidade japonesa em criar novos meios para proteger e explorar as matérias-primas das áreas conquistadas e transferi-las para o núcleo central, definiam nitidamente que estávamos ingressando em uma fase do conflito no qual os recursos materiais iriam determinar o seu desfecho em todos os teatros da guerra.

Bastante razão tem o Professor Gannon em um contexto geopolítico ao ressaltar a importância do transporte aéreo de pessoal e material através o Estreito do Atlântico para o Norte da África, o Oriente Médio, a Índia,

Burma, China e, em caráter prioritário para MacArthur, nas Filipinas.

No período que vai do início da guerra até dezembro de 1941, quando ainda se imaginava a longínqua possibilidade de sucesso de um ataque partindo do além-mar contra a costa leste do continente americano, as indefinições do governo brasileiro quanto a ser um colaborador decidido dos aliados contra a Alemanha nazista, tais indefinições poderiam ser tratadas via diplomática. Discutindo-se concessões e compensações.

No momento, em que o cenário indicou o caminho a ser seguido, não apenas para conter a progressão japonesa com também ampliar os obstáculos às necessidades materiais alemãs, uma das ameaças para a consecução dos objetivos pretendidos passou a chamar-se BRASIL.

A Argentina e o Uruguai, por exemplo, poderiam continuar neutros ou até mesmo demonstrando suas inclinações para as potências do Eixo.

Geopoliticamente falando, o que interessava aos Estados Unidos naquele momento era o controle do Saliente do Nordeste, ponto de partida indiscutível para um prosseguimento bem sucedido da guerra, no contexto de sua visão estratégica.

No mesmo sentido e ainda em termos do Atlântico Sul, a 1.200 milhas ao leste de Recife existe uma pequena ilha de origem vulcânica com 88 quilômetros quadrados de superfície e que era uma colônia britânica. Trata-se da Ilha de Ascensão, descoberta pelos portugueses em 1501, e que tornou-se pela primeira vez importante quando Napoleão foi "residir" em Santa Helena a partir de 1815.

Devido a esse fato, tropas inglesas passaram a guarnecer a ilha desenvolvendo-se, por via de consequência, uma pequena comunidade local.

Na era da aviação a ilha foi considerada inadequada para a instalação de uma base aérea devido às características do terreno.



OS CHEFES NA ÁREA DE AÇÃO



① - Comandante Januzzi (reparos em Natal)

② - Almirante Ary Parreiras (Natal)

③ - Almirante Ingram (USN) em uma cerimônia de transferência de contratorpedeiros de escolta para o Brasil, em Natal. Ao seu lado direito, o Almirante Soares Dutra (Força Naval do Nordeste)

④ - Almirante Lemos Bastos (2º Distrito Naval - Bahia)



O avião *Fokker Wulf* de construção brasileira



Levando-se em conta, porém, sua posição estratégica, distante apenas 840 milhas náuticas da costa ocidental da África e interceptando a rota aérea direta entre Estados Unidos e África do Sul, o assunto despertou o interesse dos planejadores militares norte-americanos.

Desde modo em dezembro de 1941, o Cruzador *Omaha* e o Contratorpedeiro *Sands* visitaram a ilha tendo a bordo oficiais do Exército norte-americano.

O resultado da visita e da inspeção no local indicavam ser viável a construção de um aeródromo.

Assim sendo, o 38º Regimento de Engenharia do Exército norte-americano, embarcado em dois navios-transporte escoltados pelos Cruzadores *Memphis* e *Cincinnati* e quatro destróieres, chegaram ao local em 30 de março de 1942. (Ver fotos na pág. 54)

Inúmeras dificuldades foram enfrentadas para o desembarque do material e do pessoal. Algo semelhante a um possível desembarque e ocupação de Fernando de Noronha.

Finalmente graças à improvisação e o "desejo de ver a tarefa cumprida", em julho de 1942 o aeródromo da Ilha de Ascensão estava plenamente operacional. E ele foi usado prioritariamente como um ponto de abastecimento e apoio para os deslocamentos aéreos entre os Estados Unidos e a África.

Eventualmente, teve também uma participação significativa na guerra anti-submarino.

É interessante registrar que os Cruzadores *Memphis*, *Omaha* e *Cincinnati* pertenciam desde o início de 1941 à Força do Atlântico Sul (mais tarde Quarta Esquadra) sob o comando do Almirante Jonas Ingram, o qual tinha como tarefa a patrulha oceânica de um triângulo cujos vértices eram Trinidad, Cabo de São Roque e as Ilhas de Cabo Verde.

UMA OPINIÃO À TÍTULO DE CONCLUSÃO

Julgo ser difícil registrar numa seqüência cronológica todos os eventos e especialmente sua correlações no período que vai de setembro de 1939 a agosto de 1942.

Não apenas tais eventos sofreram uma multitude de influências recíprocas como também eles se sucederam em um ritmo extremamente acelerado como conseqüência do conflito.

Dois fatos, porém, parecem ser bastante evidentes:

a) de um lado, os Estados Unidos, ainda que de início adotasse uma atitude de isolamento em termos do conflito europeu, na realidade, consideradas sua visão político-estratégica e a influência histórico cultural, tinha objetivos nacionais perfeitamente definidos. Como tal utilizava conforme necessário o instrumento político, o diplomático, o econômico e até mesmo o militar para a consecução desses objetivos. Existia um planejamento prospectivo perfeitamente estruturado e que inclusive prévia as alternativas necessárias para atender qualquer situação inopinada. Em tal visão geoestratégica, era perfeitamente entendido o significado do Atlântico Sul em termos de *defesa*. Assim sendo, a nação norte-americana estava conscientemente preparada para adotar quaisquer medidas que garantissem a efetividade do cenário de defesa conforme imaginado. Prevalecia o pragmatismo quanto ao emprego da força e o pensar *mahaniano* em termos de importância dos oceanos;

b) o outro fato refere-se ao nosso Brasil. Em resumo, poderíamos dizer que naquele período estávamos imersos em uma série de contradições e carências de ordem política, econômica e também militar. E, talvez, o fato mais grave tenha sido de que não possuíamos uma clara visão geopolítica e geoestratégica quanto à nossa posição no contexto mundial.



A NOSSA NOVA MARINHA "AMERICANA"

① - 3 contratorpedeiros classe *Marcílio Dias*

② - 8 contratorpedeiros de escolta classe *Bertioga*

③ - 8 caça-submarinos (caça-ferro) classe *Guaporé*

④ - 8 caça-submarinos (caça-pau) classe *Javari*



Convivíamos com um “novo” sistema político implantado em 1937 e que tinha em si, sem a menor dúvida, ingredientes muito mais parecidos com o que era praticado na Alemanha e Itália do que com o modelo democrático considerado nos Estados Unidos como o racional e lógico. Praticávamos uma estratégia diplomática presidencial pendular visando com isso obter vantagens econômicas que poderiam reduzir significativamente os problemas internos. Culturalmente falando, a influência européia possuía ainda um valor significativo. Afinal de contas a estrutura governamental daquele momento por razões históricas provinha das “províncias” do Sul com um acentuado conteúdo germânico e italiano. No campo militar, por exemplo, era muito mais interessante “praticar a troca de mercadorias com a Alemanha sem a necessidade de moedas fortes, para a aquisição de maquinaria para o Arsenal da Marinha, armamento para o Exército e componentes para a fabricação de aviões *Focke Wulf* no Galeão”.

Neste contexto e a despeito de contarmos com uma Missão Naval norte-americana no Rio de Janeiro desde 1914 e que tinha como missão “ampliar a eficiência da Esquadra brasileira, a fim de que o Brasil possa dispor de uma capacidade de combate efetiva cooperando para a proteção do Hemisfério Ocidental”, nosso inventário naval era predominantemente oriundo da Europa.

E ATÉ HOJE, CONTRAPONDO-SE ÀS GLÓRIAS DE RIACHUELO E AO TRABALHO EFICIENTE E SILENCIOSO QUE A MARINHA REALIZA, SERÍAMOS OS CULPADOS POR UMA PRETENZA OMISSÃO, OU INCAPACIDADE, COMO CONTINUA A SER REALIDADE DA MIOPIA BRASILEIRA A OBRIGATORIEDADE DA NOSSA PRESENÇA SEM DISPOR DOS MEIOS NA IMENSA ÁREA QUE SE EXTENDE ALÉM DOS LIMITES QUE PERCEBEMOS DA BEIRA DA PRAIA.

Na minha opinião, naquele “ontem” como no “hoje” e quem sabe no “futuro” de

Na realidade, nosso Poder Naval, nisto incluindo os órgãos de apoio, naquele momento, estava em condições deploráveis devido à carência de recursos e a pouca ou nenhuma visão das autoridades políticas quanto ao significado de nossa maritimidade.

A meu ver, e conforme é mencionado no texto deste trabalho, éramos, nós Marinha, favoráveis a um alinhamento nítido com o Poder Naval norte-americano. Não possuíamos, porém, um peso político significativo para influenciar o pensamento governamental.

Muito mais do que o trabalho diplomático de Osvaldo Aranha e Summers Wells, foram os ataques dos submarinos alemães que finalmente conduziram a uma definição do Governo brasileiro.

A grande realidade é de que se as negociações diplomáticas continuassem se processando em um ritmo lento, no contexto da evolução do conflito a ocupação militar teria sido tentada e, quem sabe, concretizada.

– Existiria um planejamento estratégico brasileiro que levasse em conta tal possibilidade?

– como e com que iríamos reagir na eventualidade de uma “invasão”

Se por acaso, tivesse ocorrido um desembarque norte-americano bem sucedido no Nordeste o responsável primeiro pelo fracasso na defesa de nossa soberania seria evidentemente o Poder Naval brasileiro.

nossas realidades, continuamos a não dispor de respostas lógicas e em tempo para enfren-

tar o entrechoque de “vontades” no cenário mundial.

Nossas carências histórico-culturais quanto ao convívio internacional em termos de conflitos produziram no passado um alheamento no tocante às realidades do que significa o verdadeiro relacionamento entre as comunidades humanas que co-habitam neste planeta. E a importância da ambiência marítima nesse contexto.

Minha preocupação no momento é de que esse alheamento continua a existir cada vez mais imerso em suposições que não representam uma realidade.

Daf, quem sabe, meu despreparo como membro legítimo da sociedade civil brasileira – ainda que por circunstâncias do destino – integrante de seu segmento militar, para apresentar respostas lógicas aos questionamentos que submeto aos leitores na parte inicial deste artigo.

A sabedoria e conhecimento de causa daqueles que orientaram e ainda decidem sobre os nossos rumos como Nação são tão “profundos”, que somente a eles, por direito, compete oferecer uma resposta àquelas minhas preocupações.

– Quosque Tandem...?

– Quo Jure...?

☐ CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<GUERRA> / Invasão do Brasil /; Segunda Guerra Mundial;

AOS LEITORES

Tradicionalmente, a *Revista Marítima Brasileira* é elaborada mais próxima ao artesanato do que a uma editora moderna e, por falta de recursos, de pessoal e de material, assim continuará por mais algum tempo.

Nesses termos, o ciclo de edição de um número, que é de três meses, não tem como ser reduzido, o que nos leva ao constrangimento de não poder divulgar no semestre do recebimento as colaborações enviadas, o que resulta, atualmente, em um enorme acúmulo de “dívidas”, bons artigos que não conseguem ser divulgados. (Já aumentamos o número de páginas para o maior permitido pela funcionalidade da leitura prazerosa – 352 – Chamam a *RMB* de livro!)

Há 15 anos, vivíamos uma crise de colaborações, lançando mão de traduções. Por algum motivo, a *RMB* passou a ser considerada pelos seus assinantes e oficiais de Marinha, em geral, um órgão de divulgação de idéias válidas e daí em diante as colaborações de lavra própria passaram a chegar, todas muito boas (com raríssimas excessões), invertendo a situação da *RMB*. De falta de artigos passamos a ter sobra que durante esses últimos dez anos oscilou em torno de um número de artigos suficientes para preencher quatro números da *RMB* e nesses últimos três passou a ser suficiente para seis números!

Considerando o exposto, solicitamos aos nossos leitores/colaboradores desculpas pelo atraso no desejável atendimento da publicação das colaborações recebidas; e idéias para solucionar esse problema.

A Revista Marítima Brasileira